



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

ATA DA 4ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA

Data: 26/9/18 | **Horário: 10h** | **Local: Sala de Reuniões da SGE**

Participantes:

JD Maria Cristina Costa – Juíza Auxiliar da Presidência

JD Cláuber Costa Abreu – Juiz Auxiliar da Presidência

JD Romério do Carmo Cordeiro – Juiz Auxiliar da Presidência

Cássia Aparecida de Castro Alves – Secretária de Gestão Estratégica

Eunice Machado Nogueira - Diretora de Planejamento da SGE

Ilton Machado Borges Junior - Coordenador do Escritório de Projetos da SGE

Diego Cesar Santos - Coordenador do Escritório de Planejamento da SGE

Jaqueleine Martins e Silva – Coordenadora do Assessoramento da SGE

Objetivos

Apresentar os resultados parciais das metas do Plano de Gestão - Biênio 2017/2019, e das Metas Nacionais/2018, salientando as que ainda encontram-se em situação crítica, visando a traçar uma estratégia para o cumprimento destas.

Desenvolvimento da Reunião

Em atendimento ao artigo 10º da Resolução n 29/2015 do TJGO, o qual dispõe sobre a realização quadrimestral das Reuniões de Análise da Estratégia, com a finalidade de avaliar o cumprimento e o resultado da estratégia definida para o TJGO, as pessoas acima nominadas reuniram-se para analisar os resultados parciais das Metas do Plano de Gestão 2017/2019 e das Metas Nacionais de 2018.

A Secretaria de Gestão Estratégica observou que das 18 metas do Plano de Gestão vigente, 10 já estão cumpridas, 2 estão em situação razoável e 6 em situação crítica, sendo que será dado prioridade ao cumprimento das metas que estão em

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including initials F, J, FM, C, B, and a signature that appears to be 'm14 Lento'.)



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

situação crítica ou razoável.

Seguem as considerações acerca das metas.

META 2: Implantar no mínimo 90% das ações relativas a aquisições sustentáveis e descarte de resíduos e bens inservíveis estabelecidas no plano de Logística Sustentável - PLS 2017/2019.

Situação: Crítica.

Sobre Aquisição Sustentável:

Providência: A Sra. Cássia, Secretária de Gestão Estratégica, solicitou que o PROAD Nº 53607, que trata da elaboração do Manual de Licitação Sustentável, seja remetido à Diretoria Geral para que sejam tomadas as providências necessárias para sua implementação.

Observação: a Sra. Cássia também comentou sobre o Projeto do Processo de Aquisições e Contratações do Poder Judiciário goiano, que trata, inclusive, da criação de uma central de aquisições para o Poder Judiciário, que utilizará os critérios de sustentabilidade.

Sobre Descarte de Resíduos:

Providências: a Diretoria de Planejamento elaborará formulário eletrônico aos Diretores de Foro para verificar se há disponibilidade de espaço físico para o descarte de resíduos nas comarcas, aterro sanitário e cooperativas ou associações de catadores de material reciclável. E em seguida validar com o NURSA.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

E, ainda, diligenciar junto ao NURSA providências quanto a instalação de contêiners nos prédios dos fóruns da Comarca de Goiânia.

Sobre Descarte de Bens Inservíveis:

Observação: Cabe registrar que no Plano de Logística Sustentável, constam duas iniciativas que visam ao descarte de bens inservíveis. A primeira é a criação de um Museu do Poder Judiciário e a segunda a criação de uma comissão de avaliação dos bens móveis inservíveis a fim de classificar os de valor histórico.

Quanto a comissão, que foi instituída, irá classificar os documentos, os processos considerados históricos e os objetos já doados pela Comarcas do Estado para compor o acervo do Centro de Memórias do Poder Judiciário goiano.

Quanto ao Centro de Memórias, o contrato para início da reforma do prédio que o abrigará foi assinado no dia 18/9/2018 (PROAD 86725).

META 3: Estruturar um grupo de trabalho com a finalidade de impulsionar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa e dar publicidade às ações por ele realizadas.

Situação: Crítica.

Providências: realizar o levantamento das notícias relacionadas ao combate do crime organizado no âmbito do Poder Judiciário goiano (criação das Varas Judiciais, nos termos da Lei Estadual nº 20254/2018; Seminário de Combate ao Crime Organizado – MPGO; ofício encaminhado pela CGJ aos Magistrados para priorização do julgamento dos processos de improbidade; divulgar o número de ações que foram julgadas em 2017 e 2018).

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'B26', 'P', 'M. L. Bento', and initials 'J' and 'A' in the bottom right corner.)



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 6: Digitalizar 25% do acervo total de processos físicos de naturezas cíveis, ambientais, fazendas públicas e família das Comarcas do Estado de Goiás.

Situação: Razoável.

Providência: O Sr. Diego, Coordenador do Escritório de Planejamento, vai se reunir com o Coordenador Judiciário da Comarca de Goiânia, Sr. Thiago, para reavaliar a planilha de dados da digitalização e atualizar a informação.

META 8: Instalar 20 CEJUSCS no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Situação: Crítica. Foram instalados, até agosto de 2018, 12 CEJUSCS.

Providências: Dr. Romério irá solicitar ao NUPEMEC o cronograma de instalação dos CEJUSC para acompanhamento.

Observação: em setembro foi instalado CEJUSC em Pires do Rio (21/9/18) e Hidrolândia (25/9/18). Está prevista inauguração em Campinorte (28/9/18).

META 9: Desenvolver e implantar sistema de gestão da informação que vise ao monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e grandes litigantes.

Situação: Crítica.

Observação: Dr. Cláuber irá reforçar a solicitação ao STJ para disponibilização do banco de dados, referentes aos recursos repetitivos, para treinamento do sistema.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 10: Reduzir em 10% o acervo dos processos de execução fiscal da Comarca de Goiânia.

Situação: Crítica.

Providência: Provocar a Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia, por meio do Coordenador Judiciário, Thiago, para que o PROAD 82580, que trata de pedido de arquivamento de cerca de 60.000 mil processos, seja submetido à Presidência.

A Diretora de Planejamento, Sra. Eunice, irá elaborar relatório contendo produtividade da equipe que está atuando de forma remota na respectiva vara desde o mês de agosto/2018, para apresentar ao Presidente do TJGO, e solicitar mais uma semana de treinamento com o intuito de baixar mais 10.000 processos.

Observações: Destaca-se que não houve, até o momento, reclamação do trabalho dos servidores que integram a equipe do Projeto-Piloto de Assistência Remota da Vara de Execução Fiscal da Comarca de Goiânia, seja por parte dos Juízes das Comarcas nas quais estão lotados, seja por parte da coordenação do projeto.

META 11: Aprimorar a gestão da justiça criminal por meio do desenvolvimento e implantação de 5 iniciativas estratégicas.

Situação: Cumprida

Providência: acrescentar o Programa Amparando Filhos, a criação das cinco Varas Regionais de Execução Penal e das duas Varas Regionais de Combate ao Crime Organizado - Lei 20.254/2018.

Observação: A Dra. Maria Cristina, Juíza Auxiliar da Presidência, destacou que o



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Conselho Nacional de Justiça, em 4 de setembro de 2018, aprovou a Resolução nº 252/2018, estabelecendo os princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres, mães e gestantes, privadas de liberdade, tendo o Programa Amparando Filhos como fundamento.

META 13: Reestruturar as unidades administrativas da Secretaria-Geral do TJGO.

Situação: Crítica.

Observação: A Sra. Cássia relatou que já está andamento reuniões com a Diretoria-Geral e suas áreas, com a Presidência e suas áreas para diagnóstico.

Informou, também, que a Diretoria de Gestão da Qualidade está identificando as atribuições de todas as áreas, se há duplicidade de atribuições entre as áreas da DG e da Secretaria-Geral da Presidência.

Ressaltou, também, que, com a edição da Lei nº 20254/2018, houve um estudo de seus anexos, surgindo a necessidade de ajustes nos anexos do Decreto 2830/2014, o que promoverá uma reestruturação tanto na área administrativa, quanto na área judicial, demonstrando que a consolidação do referido decreto irá ultrapassar o estabelecido na meta.

META 15: Implantar sistema de gestão de custos globais de forma a garantir o controle e a economicidade de recursos.

Situação: Razoável



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Observação: A Sra. Cássia, Secretária de Gestão Estratégica, com o Sr. Antônio Pires, Diretor da Gestão da Informação, irão apresentar proposta do ato normativo o quanto antes para cumprimento da meta.

Por fim, todos os presentes decidiram analisar as Metas Nacionais 2018 em data oportuna.

Eu, Ludmila Rosa Coelho Mello, lavrei a Ata, que foi aprovada por todos os presentes.

JD Maria Cristina Costa – Juíza Auxiliar da Presidência

JD Clauber Costa Abreu – Juiz Auxiliar da Presidência

JD Romério do Carmo Cordeiro – Juiz Auxiliar da Presidência

Cássia Aparecida de Castro Alves – Secretária de Gestão Estratégica

Eunice Machado Nogueira - Diretora de Planejamento da SGE

Ilton Machado Borges Junior - Coordenador do Escritório de Projetos da SGE

Diego César Santos - Coordenador do Escritório de Planejamento da SGE

Jaqueline Martins e Silva – Coordenadora do Assessoramento da SGE



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

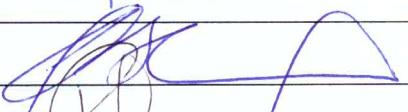
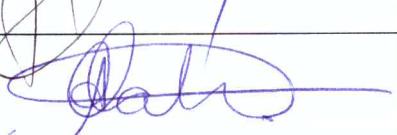
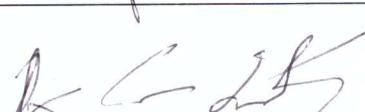
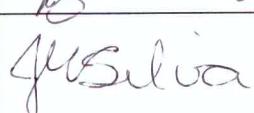
Biênio 2017/2019

**4ª Reunião de Avaliação Estratégica
(RAE)**

Data e horário de realização: 26/9/2018, às 10h.

Local: Sala de Reuniões da SGE

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Cargo	Assinatura
JD Maria Cristina Costa	Juíza Auxiliar da Presidência	
JD Cláuber Costa Abreu	Juiz Auxiliar da Presidência	
JD Romério do Carmo Cordeiro	Juiz Auxiliar da Presidência	
Cássia Aparecida de Castro Alves	Secretaria de Gestão Estratégica	
Eunice Machado Nogueira	Diretora de Planejamento da SGE	
Ilton Machado Borges Junior	Coordenador do Escritório de Projetos da SGE	
Diego Cesar Santos	Coordenador do Escritório de Planejamento da SGE	
Jaqueline Martins e Silva	Coordenadora do Assessoramento da SGE	



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

INTRODUÇÃO

Nos termos da Resolução nº 29/2015, apresenta-se o Relatório de Análise da Estratégia - RAE, atualizado até agosto de 2018.

O presente relatório apresenta as atividades deste Poder Judiciário e seus resultados alcançados até o momento, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas para o biênio 2017/2019, e de aprimorar a sua atuação e a sua efetividade.

Há ainda a apresentação de sugestões de ações necessárias, visto que algumas metas se encontram em situação crítica.

É oportuno elucidar que este instrumento foi elaborado a partir de informações prestadas pela Diretoria de Gestão da Informação da SGE, bem como de algumas Diretorias de Área deste Poder.

Este documento traz também o desempenho do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em relação às Metas Nacionais definidas pelo CNJ para o ano de 2018.

Cabe destacar que todas as ações estão em alinhamento com Plano Estratégico 2015/2020 deste Poder e com as diretrizes do CNJ.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Para avaliação do cumprimento do Plano de Gestão 2017/2019 foram utilizados sinalizadores que constituem um método visual para representar o desempenho ou situação atual das metas estabelecidas.

Quadro de Desempenho		
	Excelente	Resultado ultrapassou o estabelecido
	Ideal	Meta cumprida conforme estabelecido
	Razoável	Meta com desempenho moderado
	Crítica	Meta com desempenho baixo

Desta forma, é possível prever se as ações em execução auxiliarão no cumprimento integral das metas, ou se serão necessárias novas ações com o intuito de impulsionar o respectivo desempenho destas.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

MAPA ESTRATÉGICO





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

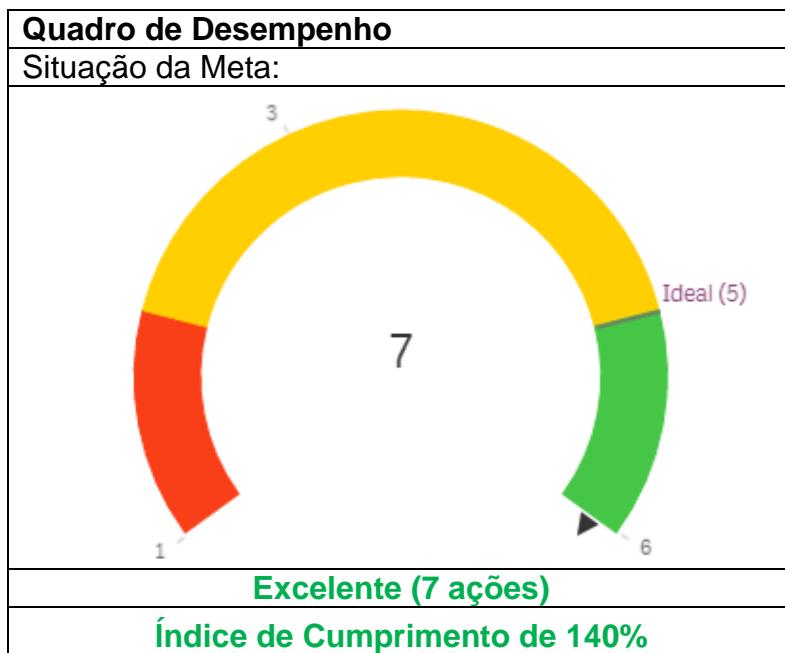
Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

METAS DO PLANO DE GESTÃO 2017/2019



META 1: REALIZAR 5 AÇÕES QUE VISEM A CONTRIBUIR PARA A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM TODO O ESTADO.

RESPONSÁVEL DA META: PRESIDÊNCIA / CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Encontros Regionais da Corregedoria-Geral da Justiça
- Programa Acelerar Previdenciário
- Programa Justiça Ativa
- Programa Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária
- Programa Pai Presente
- Força-Tarefa para Julgamento de Processos de Réus Presos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição
- Plantão Online 1º e 2º Grau



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

RESULTADOS:

- **Encontros Regionais da Corregedoria-Geral da Justiça:**

- ✓ 5ª Região - 15/9/2017, na Comarca de Rio Verde.
- ✓ 6ª Região - 23 e 24/8/2018, na Comarca de Alto Paraíso.
- ✓ 7ª Região - 28 e 29/6/2018, na Comarca de Luziânia
- ✓ 8ª Região - 12 e 13/4/2018, na Comarca de Itaberaí.
- ✓ 9ª Região - 3 e 4/5/2018, na Comarca de Caldas Novas.
- ✓ 10ª região - 2 e 3/8/2018, na Comarca de Caiapônia
- ✓ 11ª Região - 17 e 18/5/2018, na Comarca de Ceres.
- ✓ 12ª e 13ª Regiões - 23 e 24/11/2017, na Comarca de Uruaçu.

- **Resultados parciais do Programa Acelerar Previdenciário**

- ✓ No ano de 2017 o programa atuou nas Comarcas de Aragarças, Iporá, São Miguel do Araguaia, Nova Crixás, Crixás, Santa Terezinha de Goiás, Itapirapuã, Goiás, Itaberaí, Minaçu, Piranhas, Caiapônia, São Luís de Montes Belos, Anicuns, Montes Claros, Jussara, Posse, Iaciara, Alvorada do Norte, Rubiataba, Itapuranga, Jaraguá, Porangatu, Goianésia, Mineiros e Montividiu, sendo apresentados os dados:

Audiências	Sentenças	Decisões	Despachos
6.391	5.546	158	687

- ✓ Em 2018 já ocorreram a edição nas Comarcas de Minaçu, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Cidade de Goiás, Itaberaí, Itaguaru, Rialma, Jaraguá, Nerópolis, Aragarças e Jussara, com os seguintes resultados:

Audiências	Sentenças	Decisões	Despachos
2.362	2.054	67	240



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- **Resultados parciais do Programa Justiça Ativa:**

- ✓ No ano de 2017 foram contempladas as Comarcas de Niquelândia, Padre Bernardo, Porangatu, Aragarças, Caldas Novas, Itapaci, Urubaçu e Águas Lindas, tendo como produto:

Audiências	Sentenças	Decisões	Despachos
3.171	3.113	1.869	3.763

- ✓ Em 2018, nos meses de Janeiro e Fevereiro: realizada triagem nas Comarcas de Porangatu, São Miguel do Araguaia e Campos Belos, para preparação do evento nos meses de abril e maio.
- ✓ A edição já foi realizada nas Comarcas de Valparaíso, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Campos Belos e Trindade, totalizando:

Audiências	Sentenças	Decisões	Despachos
1.426	739	197	507

- **Programa Amparando Filhos:**

- ✓ O Programa está em funcionamento em 16 comarcas: Goiânia, Serranópolis, Anápolis, Jataí, Iporá, Luziânia, Israelândia, São Luís dos Montes Belos, Paraúna, Cachoeira Alta, Itumbiara, Aparecida de Goiânia, Piracanjuba, Águas Lindas de Goiás, Acreúna e Rio Verde
- ✓ O Programa foi apresentado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em Brasília em agosto de 2017.
- ✓ Em 2016 o programa foi vencedor, na categoria Trabalho de Magistrados, do 5º Prêmio AMAERJ – Patrícia Acioli de Direitos Humanos.
- ✓ Em 2017 o Programa recebeu o Prêmio *Innovare*, na categoria Tribunal.
- ✓ Apresentado o Plano de Trabalho do Programa na Comarca de Goiânia, em 9/4/2018. O evento ocorreu no auditório do Fórum Cível, contando com a presença de diversas autoridades e integrantes da rede de proteção.

- **Programa Pai Presente:**

- ✓ Instalado em 100% das comarcas goianas;
- ✓ Em julho/2017 o programa promoveu casamento comunitário, contemplando 70 casais que vivem em união estável, cujos pais reconheceram a paternidade de seus filhos, beneficiando, ainda, pessoas que prestam serviços (terceirizados) ao Poder Judiciário goiano.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ De janeiro a dezembro/2017, em todo o Estado de Goiás, foram realizadas 6.567 entrevistas, 4.383 procedimentos iniciados, 3.627 procedimentos em andamento, 285 exames de DNA aguardando para realização, 1.449 procedimentos arquivados e 2.367 procedimentos concluídos.
- ✓ A Semana Estadual de Reconhecimento de Paternidade, realizada no período de 02 a 06/10/2017, em 47 comarcas do Estado de Goiás, contou com 342 entrevistas realizadas, 241 procedimento iniciados, 122 exames de DNA aguardando para realização, 76 procedimentos arquivados e 119 procedimentos concluídos.
- ✓ No primeiro quadrimestre de 2018 foram realizadas 1.741 entrevistas, 1.364 procedimentos iniciados, 1.206 procedimentos em andamento, 144 procedimentos aguardando realização de DNA, 460 procedimentos arquivados e 671 procedimentos concluídos.
- ✓ Não há previsão de realização da Semana Estadual de Reconhecimento de Paternidade no ano de 2019, uma vez que não foi renovado contrato com empresa que fornece kits dos testes de DNA.

- **Força-Tarefa para Julgamento de Processos de Réus Presos no âmbito do 2º Grau**

- ✓ Foi destacada para atender ao Ofício nº 0293427-DMF/CNJ do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça, sendo realizado mutirão no período de 01/07/2017 a 30/08/2017.

- **Plantão Online 1º e 2º Grau:**

- ✓ Sistema instituído por meio do Decreto Judiciário nº 883/2017, publicado em 28/03/2017;
- ✓ Trouxe como benefício a comodidade de acesso pelas partes, advogados, servidores e magistrados ao processo, em qualquer lugar em que se encontrem, sem que haja a necessidade de deslocamento ao prédio do TJGO ou ao dos Fóruns.
- ✓ No 2º Grau, durante o Recesso Forense 2017/2018, foram protocolizados 350 processos.



PODER JUDICIÁRIO

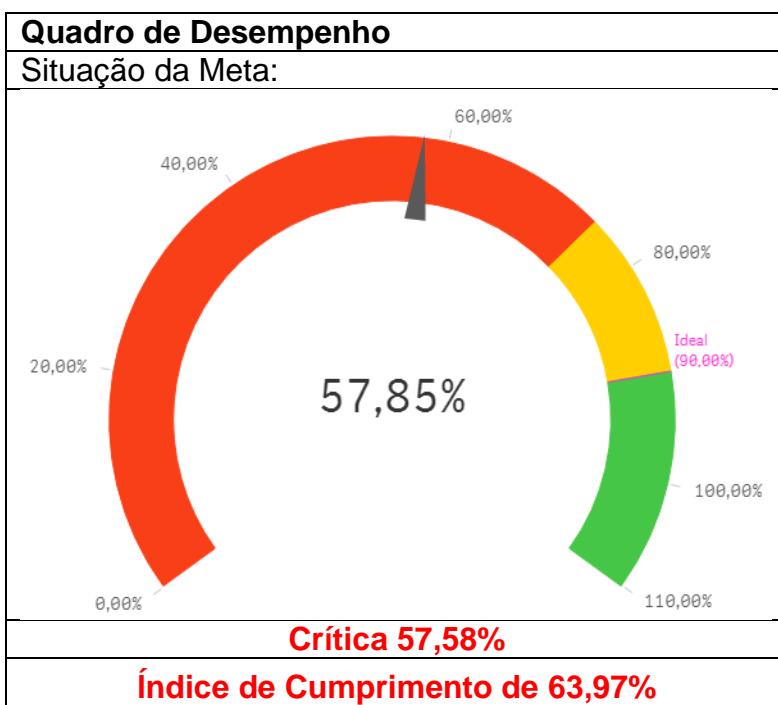
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 2: IMPLANTAR NO MÍNIMO 90% DAS AÇÕES RELATIVAS A AQUISIÇÕES SUSTENTÁVEIS E DESCARTE DE RESÍDUOS E BENS INSERVÍVEIS ESTABELECIDAS NO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS 2017/2019.

RESPONSÁVEL DA META: NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL – (NURSA)



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

Aquisição sustentável:

- Adotar critérios de aquisições sustentáveis nos contratos celebrados.
- Implantação de Manual de Licitações Sustentáveis (PROAD 53607).
- Capacitação em Contratação em licitações e Contratos Sustentáveis (PROAD 55529).
- Implantação de Sistema de Logística Reversa para os contratos de aquisição de pilhas e afins.
- Reestruturação da Divisão de Compras (PROAD 40328).
- Estudo de Viabilidade de Terceirização da Frota de Veículos (PROAD 55371).



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Descarte de Resíduos:

- Consulta acerca da viabilidade de Diretores de Foro firmarem convênio ou termos de cooperação com cooperativas de catadores de material reciclável (PROAD 46968)
- Desenvolver campanhas educacionais, com o objetivo de conscientizar a força de trabalho quanto a necessidade de separação e correto descarte dos resíduos sólidos nas respectivas unidades.
- Promover o treinamento dos colaboradores das empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza dos prédios, de modo a realizarem a coleta periódica dos resíduos sólidos a serem destinados para reciclagem e que forem separados pelas unidades administrativas e judiciárias.
- Disponibilizar um espaço físico adequado, preferencialmente no térreo dos prédios do TJ, Fórum Cível e Fórum Criminal da Comarca de Goiânia, para o recebimento e armazenamento dos resíduos destinados à reciclagem, para posterior coleta pela cooperativa ou associação credenciada.

Descarte de Bens Inservíveis:

- Realizar a doação para a Prefeitura Municipal de Goiânia/GO dos bens móveis considerados inservíveis para a administração do Poder Judiciário goiano (PROAD 37103)
- Doação ou alienação de bens móveis inservíveis (PROAD 32141)
- Criar uma comissão de avaliação dos bens móveis inservíveis, a fim de classificar os de valor histórico
- Criar um museu do Poder Judiciário goiano, de forma a disponibilizar à população o acesso à memória histórica deste órgão
- Eliminação de processos de Agravo de Instrumento.
- Projeto Programando o Futuro – Metarreciclagem (PROAD 25909).
- Leilão de Veículos (PROAD 46325)



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

RESULTADOS:

Aquisição sustentável:

- **Implantação de Sistema de Logística Reversa para os contratos de aquisição de pilhas e afins**
 - ✓ Nas contratações em que é possível a adoção da sistemática da logística reversa, esta já está sendo adotada.
- **Adotar critérios de aquisições sustentáveis nos contratos celebrados**
 - ✓ Nas contratações em que é possível a utilização de critérios sustentáveis, estes já estão sendo adotados.
- **Capacitação em Contratação em licitações e Contratos Sustentáveis**
 - ✓ Curso à distância sobre Gestão Socioambiental nos meses de fevereiro, maio e agosto/2018.
 - ✓ Estão previstas novas turmas para os meses de setembro e novembro de 2018.

Descarte de Resíduos:

- **Disponibilizar um espaço físico adequado para o recebimento e armazenamento dos resíduos destinados à reciclagem, para posterior coleta pela cooperativa ou associação credenciada.**
 - ✓ No Fórum Cível e Criminal da Comarca de Goiânia/GO já existem contêineres específicos para armazenamento de materiais destinados ao descarte.
 - ✓ Disponibilizado um espaço temporário no subsolo do prédio do Fórum Heitor Moraes Fleury, enquanto perdurar a reforma.
 - ✓ Encaminhado ofício ao Diretor de Obras para que fosse disponibilizado espaço físico adequado para o armazenamento de resíduos sólidos destinados às cooperativas de catadores de materiais recicláveis no complexo do Tribunal de Justiça - PROAD nº 80725.
- **Desenvolver campanhas educacionais.**
 - ✓ Campanha “Use somente o que você precisa”: setembro de 2017 até o atual momento; entrega de cartazes e adesivos para todas as unidades



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

administrativas e judiciais que integram este Poder Judiciário goiano, bem como com divulgação da campanha por meio do portal da intranet.

- ✓ Campanha “Razões para trocar o copo descartável por uma caneca”: realizada no 4º trimestre de 2017; no portal da intranet e na área de trabalho de todos os computadores do Poder Judiciário goiano
- ✓ Campanha de sensibilização “Troque os copos descartáveis por um copo de vidro, caneca ou “squeeze”: março de 2018 até o atual momento; realizada no Portal intranet e área de trabalho dos computadores do Poder Judiciário goiano, além da entrega de informativo sobre a limitação de distribuição de copos descartáveis apenas para as unidades internas.
- **Consulta acerca da viabilidade de Diretores de Foro firmarem convênio ou termos de cooperação com cooperativas de catadores de material reciclável**
 - ✓ Encaminhado ofício para os Diretores dos Foros de todas as comarcas de Goiás, via malote digital, recomendando aos Magistrados que busquem firmar convênios ou termos de cooperação com cooperativas de catadores de materiais recicláveis existentes em sua região, de modo a dar a correta destinação dos resíduos sólidos descartados pela comarca.

Descarte de Bens Inservíveis:

- **Realizada a doação de 20 (vinte) microcomputadores completos para a Procuradoria-Geral do Município de Goiânia (PROAD Nº 37103).**
- **Doação ou alienação de bens móveis inservíveis (PROAD 32141)**
 - ✓ Publicado, no dia 10/01/2018, o aviso sobre o Edital nº 001/2018, que trata da realização de desfazimento de bens inservíveis ou em desuso pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sob a forma de Doação. Foram disponibilizados equipamentos de informática, mobiliário e outros bens inservíveis. A reunião para classificação e julgamento foi realizada no dia 15 de fevereiro do corrente ano.
 - ✓ O processo foi encaminhado à Diretoria Geral para homologação. Após análise dos autos foi verificado que algumas empresas estavam com a documentação incompleta. Desta forma, o processo licitatório foi homologado parcialmente.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ Os autos encontram-se na Divisão de Patrimônio para entrega dos bens às empresas que estão com documentação devidamente regularizada.
- **Criar uma comissão de avaliação dos bens móveis inservíveis, a fim de classificar os de valor histórico.**
 - ✓ Instituído pelo Decreto Judiciário nº 2321/2017 a Comissão Gestora de Implantação do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás.
- **Criar um museu do Poder Judiciário goiano, de forma a disponibilizar à população o acesso à memória histórica deste órgão**
 - ✓ Criação de uma equipe de trabalho para analisar os documentos, os processos considerados históricos e os objetos doados pelas comarcas do Estado, que comporão o acervo do Centro de Memórias.
 - ✓ A equipe de trabalho é formada por servidores área de arquivologia, de arquitetura e de apoio judiciário e administrativo.
- **Eliminação de processos de Agravo de Instrumento**
 - ✓ Iniciado os trabalhos de descarte dos processos de Agravo de Instrumento da 4ª Câmara Cível, sendo que o 1º lote para descarte tem previsão de execução para setembro/2018.
- **Descarte de processos da Comarca de Aparecida de Goiânia**
 - ✓ Realizado no dia 04/04/2017 o descarte seguro de 13.534 mil processos judiciais da 4ª Vara Criminal e do 1º Juizado Especial Criminal. A ação foi organizada pela Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e contou com o apoio da Secretaria Executiva de Gestão Estratégica (SGE), sob a orientação da Divisão de Gestão Documental da Corregedoria-Geral da Justiça.
- **Leilão de Veículos (PROAD 46325)**
 - ✓ Publicado, no dia 18/12/2017, aviso sobre o Edital nº 052/2017, que trata da realização de Leilão Administrativo, visando à alienação de 82 veículos. Realizado dia 18/01/2018. O processo licitatório está finalizado e foi remetido para Diretoria Geral a fim de homologação.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Aquisição Sustentável:**

- ✓ **NURSA** – do que consta dos autos nº 53607, que trata da elaboração do Manual de Licitação Sustentável, o processo foi remetido para análise da Comissão de Licitação, contudo, devido ao elevado volume de trabalho e dos processos de licitação em andamento, a comissão devolveu os autos ao núcleo, sem emitir o parecer.
- ✓ **SGE** – Em estudo a reestruturação do processo de aquisições e da Divisão de Compras.
- ✓ **SGE e Diretoria Administrativa** - Iniciar estudo de viabilidade de terceirização da frota. Já consta autuado o PGP sob nº 82621.

- **Descarte de Resíduos:**

- ✓ **NURSA** – finalizar o levantamento dos prédios que possuem local adequado para descarte e armazenamento temporário de papel e outros materiais recicláveis
- ✓ **NURSA** – finalizar tratativa com a Diretoria de Engenharia para disponibilizar um local ou contêiner para o adequado armazenamento do material no complexo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Para tanto será necessário aguardar o término da reforma.

- **Descarte de Bens Inservíveis:**

- ✓ **Diretoria Geral** – Analisar o parecer favorável emitido pela Comissão de Informatização sobre o Projeto Programando o Futuro – Estação de Metarreciclagem.
- ✓ **Comissão do Centro de Memórias** – Acompanhar o PROAD nº 86725, que trata da reforma do Edifício do Fórum de Goiás. Os autos encontram-se na Comissão de Licitação para providências, sendo publicado o edital para contratação de empresa.



PODER JUDICIÁRIO

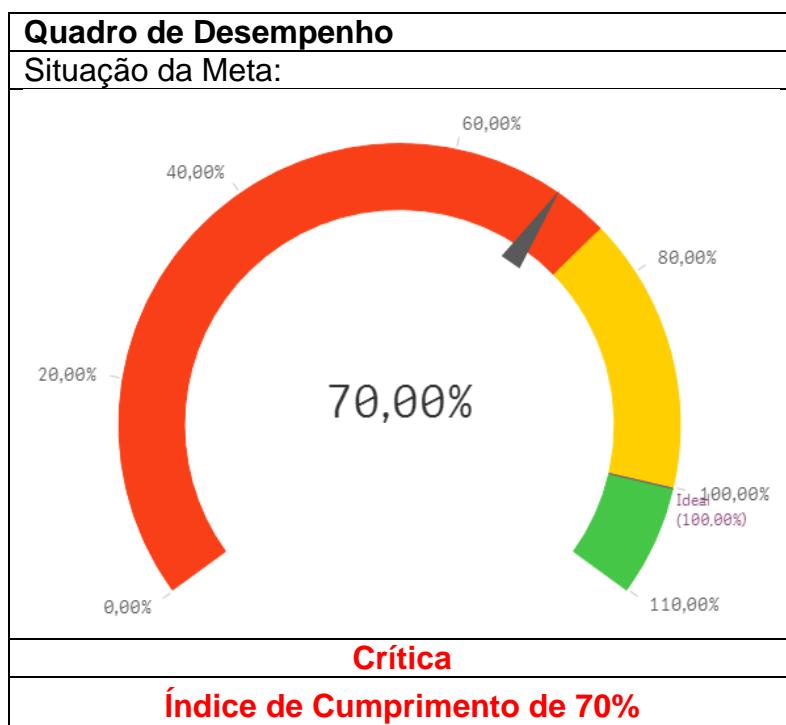
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 3: ESTRUTURAR UM GRUPO PARA COORDENAR AÇÕES COM A FINALIDADE DE IMPULSIONAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES POR ELE REALIZADAS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça



INICIATIVA ESTRATÉGICA:

- Estruturação do Grupo e divulgação dos trabalhos realizados por ele

RESULTADOS:

- Quanto à sugestão de alteração do corpo da meta, foi acolhida e feito os ajustes. Onde se lia “estruturar um grupo de trabalho com a finalidade de impulsionar o julgamento de processos”, passou-se para “estruturar um grupo para coordenar ações com a finalidade de impulsionar o julgamento dos processos”



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Realizada reunião para tratar do combate à Corrupção e Improbidade Administrativa, na Corregedoria-Geral da Justiça, em 12/12/17. Estiveram presentes representantes Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Regional e ASMEGO. As principais deliberações tomadas na reunião foram:
 - ✓ A possibilidade de criação de uma vara especializada de combate ao crime organizado e à corrupção.
 - ✓ Aumentar o quantitativo da Rede de Apoio e Segurança (RAES).
 - ✓ Promover a integração do Poder Judiciário com o MP-GO e os órgãos de segurança.
- Editada pela Corregedoria-Geral da Justiça a Portaria nº 280/2017, que instituiu uma comissão com a finalidade de otimizar as providências necessárias a viabilizar a implantação do Grupo de Estudo para Combate à Corrupção e aos Crimes Organizados, denominada de Comissão de Combate ao Crime Organizado
- Em reunião ocorrida em 19/2/18, foi enfatizado que a mudança de competência de uma das varas de Goiânia, tornando-a específica para julgar esse tipo de processo, seria uma forma de dar celeridade a essas demandas.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- CGJ
 - ✓ Divulgação das ações praticadas pela comissão instituída pela Portaria nº 280/17.



PODER JUDICIÁRIO

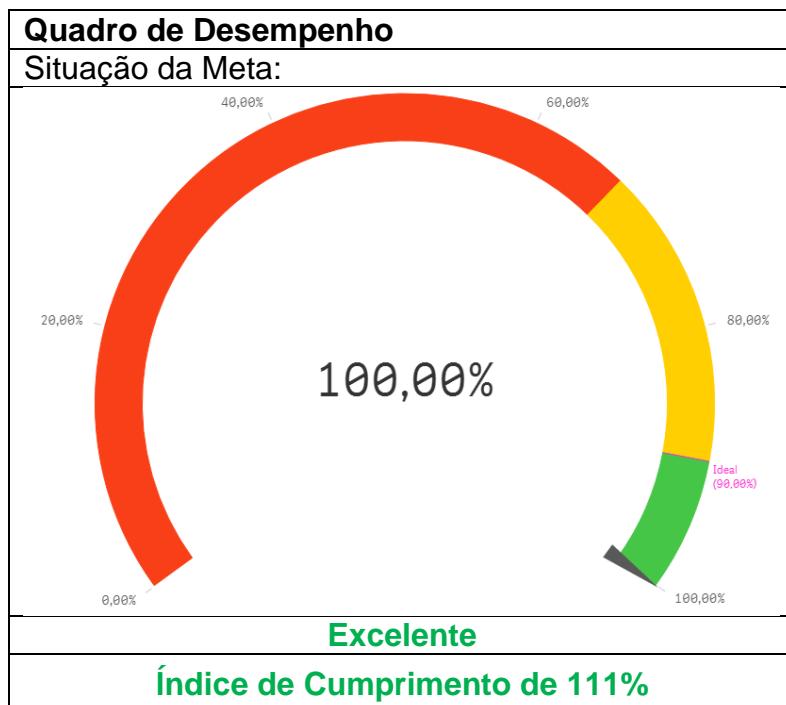
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 4: IMPLANTAR 90% DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO NO PRORAD ÀS AÇÕES POR ELE REALIZADAS.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria-Geral / SGE - Diretoria da Gestão da Qualidade / Diretoria de Informática



RESULTADOS:

- Finalizada em outubro/2017 a implantação de todos os processos administrativos no sistema PROAD, correspondendo a 263 fluxos processuais cadastrados, atingindo o percentual de 100% de cumprimento, ultrapassando a meta estabelecida para o biênio 2017/2019 de 90%.



PODER JUDICIÁRIO

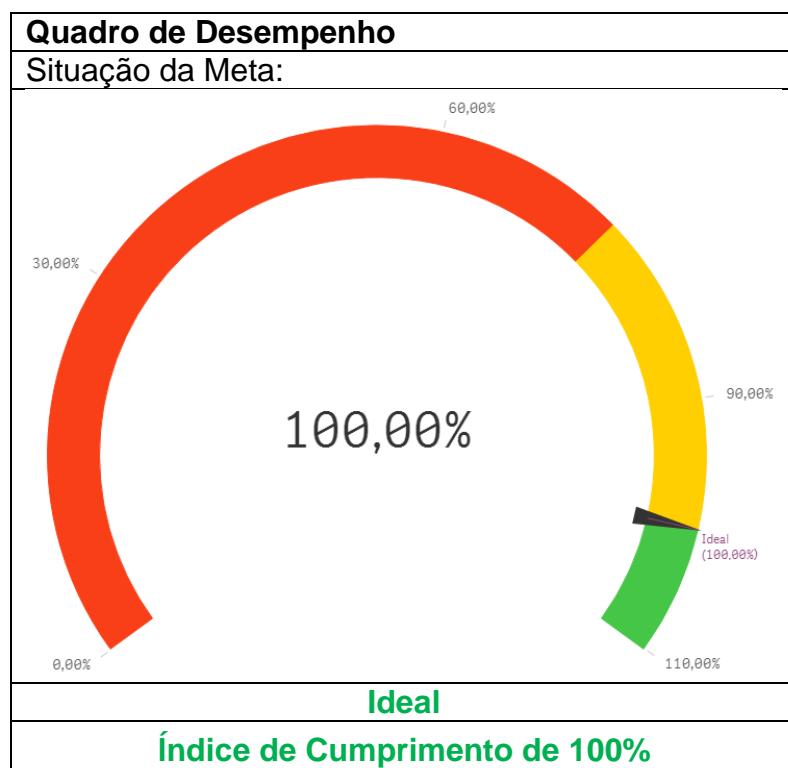
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 5: TORNAR A ENTRADA DE PROCESSOS JUDICIAIS, EM 100% DAS COMARCAS DO ESTADO, EXCLUSIVAMENTE EM FORMATO DIGITAL, NAS VARAS CÍVEIS, AMBIENTAIS, FAMÍLIA, FAZENDAS PÚBLICAS E JUIZADOS ESPECIAIS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça / Comissão de Informatização do TJGO



INICIATIVA ESTRATÉGICA:

- Plano de capacitação - Sistema de Processo Judicial Digital

RESULTADOS:

- Finalizada a implantação do PJD em todas as Comarcas do Interior do Estado, nos termos do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- Concluído o treinamento das comarcas no Sistema PJD, conforme cronograma estipulado pela Escola Judicial.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ 1^a Etapa: 25/05/17; capacitados 77 servidores das 35 comarcas do Anexo I do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- ✓ 2^a Etapa: 22/08/17; capacitados 55 servidores das 35 comarcas do Anexo II do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- ✓ 3^a Etapa: 7 e 9/11/2017; capacitados 87 servidores das 55 comarcas do Anexo III do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- Capacitação realizada nos encontros regionais por meio da CGJGO em parceria com a EJUG.
 - ✓ Em Uruaçu 12º e 13º regiões 20 servidores capacitados.
 - ✓ Rio verde 5º região 16 servidores capacitados.
 - ✓ Itaberaí 8º região 17 servidores capacitados.
- Causas de natureza cível da Auditoria Militar de Goiás: ajuizamento passou a ser realizado exclusivamente em formato digital no Sistema do Processo Judicial Digital (PJD), desde 21/08/2017.
- Causas de natureza cível e criminal dos Juizados da Infância e da Juventude: o protocolo de novos feitos passou a ser realizado somente em formato digital no Sistema do Processo Judicial Digital (PJD), a partir de 04/09/2017.
- PROAD 42384 - Este processo trata de contratação de serviço de link de dados WAN, sendo realizada licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos dias 18 e 19/1/2018. A Diretoria Geral já analisou o parecer apresentado pelo pregoeiro (evento 82), em razão de recursos interpostos nos autos e homologou o resultado obtido.



PODER JUDICIÁRIO

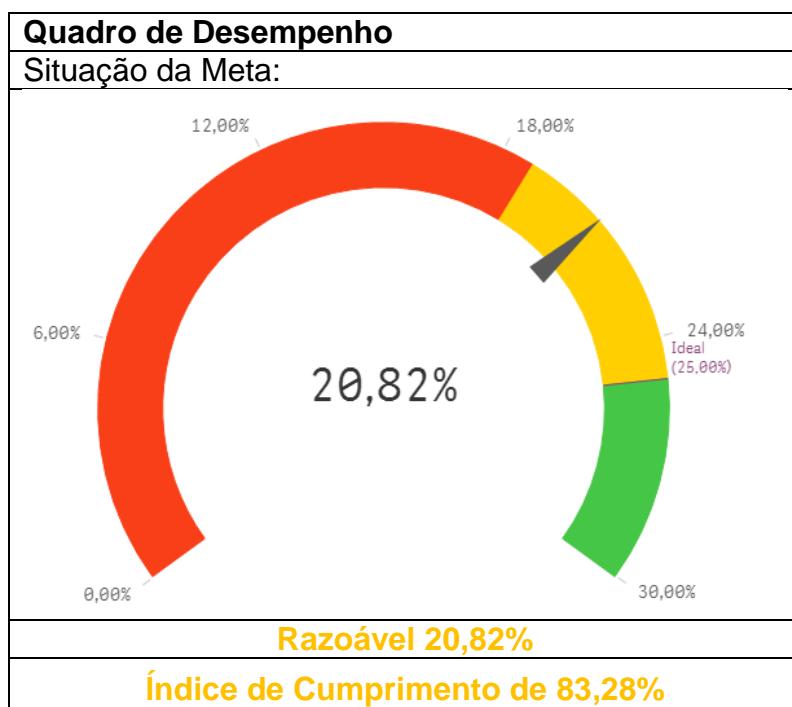
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 6: DIGITALIZAR 25% DO ACERVO TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DE NATUREZAS CÍVEIS, AMBIENTAIS, FAZENDAS PÚBLICAS E FAMÍLIA DAS COMARCAS DO ESTADO DE GOIÁS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça / Comissão de Informatização do TJGO



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Conclusão da Digitalização de Processos Cíveis, Ambientais, Fazendas Públicas e Família.
- Projeto Goiás 100% Digital

RESULTADOS:

- Até o momento, levando em consideração o período de 01/02/2017 até 18/04/2018, foram digitalizados e disponibilizados no PJD 125.285 processos (Comarcas de Goiânia e Anápolis).



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- A Digitalização da comarca de Goiânia foi concluída em outubro/2017.
 - A digitalização na Comarca de Anápolis iniciou-se em 10/7/17.
 - Por determinação da Presidência, em novembro/2017, foi iniciada a digitalização dos processos do 2º Grau.
 - Iniciou-se em agosto/2017 a digitalização dos processos físicos dos Juizados da Infância e da Juventude e posteriormente dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
 - A digitalização na Comarca de Aparecida foi iniciada em 5/3/18.
-
- **Projeto Goiás 100% Digital**
 - ✓ O projeto consiste na inserção definitiva de todos os feitos judiciais e administrativos da Comarca da Cidade de Goiás no ambiente virtual, tornando a 1ª unidade judiciária do estado a entrar 100% na era digital.
 - ✓ Para a execução do projeto foi formada uma equipe de servidores que, no período de 25/6/18 a 17/8/18, digitalizou e migrou para o Sistema PJD aproximadamente 3.140 processos de naturezas, criminal, fazenda e cível.
 - ✓ Quanto ao acervo processual correspondente às Varas de Família e da Infância e Juventude foi remetido para Comarca de Goiânia, a fim de ser digitalizado por empresa contratada por este Tribunal, aproximadamente 645 processos digitalizados.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

Falta digitalizar Aparecida de Goiânia.



PODER JUDICIÁRIO

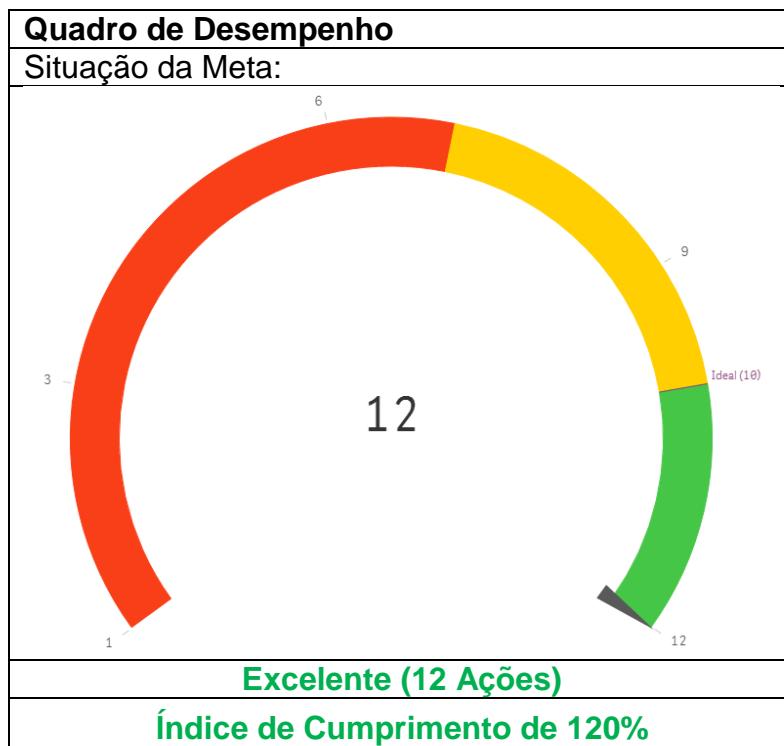
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 7: REALIZAR 10 AÇÕES QUE VISEM À REDUÇÃO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça / Diretorias de Foro



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Programa Justiça Ativa
- Programa Acelerar Previdenciário
- Programa de Assistência e Orientação às Atividades Forenses
- Divisão de Atividade Específica da CGJGO (Grupo de Sentenças)
- Força-Tarefa do 1º Grau e 2º Grau para julgamento de processos com presos provisórios
- Projeto de Melhoria da Gestão Processual da 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia
- Atuação dos CEJUSCS do 1º Grau e CEJUSC do 2º Grau
- Trabalho Voluntário nos Gabinetes e Escrivanias da Comarca de Goiânia
- Semana Nacional de Conciliação - novembro
- Implantação de Força-Tarefa para auxílio na 1ª e 2ª VEP



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Dia Estadual de Julgamentos Colegiados
- Atuação frente às Metas ENASP
- Projeto de Julgamento de Processo dos Juizados Especiais Cíveis

RESULTADOS:

- **Programa Justiça Ativa**
 - ✓ Apresentados resultados parciais na Meta 1 do Plano de Gestão 2017/2019.
- **Programa Acelerar Previdenciário**
 - ✓ Apresentados resultados parciais na Meta 1 do Plano de Gestão 2017/2019
- **Programa de Assistência e Orientação às Atividades Forenses**
 - ✓ A equipe da CGJGO, no período de fevereiro a dezembro/2017, atuou nas Comarcas de Anápolis, Jataí, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Planaltina de Goiás e Goiânia - 2ª Vara de Família e Sucessões. Neste período foram realizados 43.363 atos.
 - ✓ Para o mês nacional do júri (novembro) foram auxiliadas 22 comarcas.
 - ✓ No ano de 2018 foram realizados 47.398 atos até o presente.
- **Divisão de Atividade Específica da CGJGO (Grupo de Sentenças)**
 - ✓ De fevereiro a dezembro de 2017, a equipe da CGJGO prestou assistência a 15 comarcas do Estado de Goiás. E o apoio contínuo a 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal da Comarca de Goiânia.
 - ✓ Em 2018, até o momento, foram executados 1.831 atos.
- **Força-Tarefa do 2º Grau para julgamento de presos provisórios**
 - ✓ Mutirão de atividades para julgamento dos processos criminais em 2º Grau de Jurisdição, no período de 01/07/17 a 30/08/17, a fim de atender ao Ofício nº 0293427-DMF/CNJ do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ Deu-se início, em 2/4/2018, a 2ª edição do mutirão, que atenderá os 1º e 2º Graus de Jurisdição, tendo em vista o relatório emitido pelo CNJ após o cadastramento de todos os presos do Estado de Goiás no BNMP, revelando que no 1º Grau há 1836 registros de presos provisórios há mais de 180 dias e no 2º Grau o registro é de 74 presos provisórios. Os trabalhos serão desenvolvidos até 30/5/2018.

- **Projeto de Melhoria da Gestão Processual da 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia**
 - ✓ O projeto está em execução com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégica, por meio da Divisão de Apoio a Projetos Estratégicos e do Escritório de Projetos.

- **Atuação dos CEJUSCS do 1º Grau e CEJUSC do 2º Grau**
 - ✓ Inaugurado o CEJUSC do 2º Grau – Centro Judiciário de Solução de Conflitos em 2º grau, em 19/06/2017.
 - ✓ A Inauguração dos demais CEJUSCS de 1º Grau consta dos dados da Meta 8.

- **Trabalho Voluntário nos Gabinetes e Escrivaniias da Comarca de Goiânia**
 - ✓ Coordenado pela CGJ e Diretoria do Foro de Goiânia.
 - ✓ Publicado o Decreto nº 1.445/2017, no dia 20 de junho de 2017, que dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.
 - ✓ A Portaria nº 435/16 da Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia regulamentou o serviço voluntário naquela unidade judiciária.
 - ✓ Via Portaria nº 23/16 a Diretoria do Foro da Comarca de Acreúna institui o serviço voluntário na referida comarca.
 - ✓ A Comarca de Caldas Novas abriu inscrição para o serviço voluntário, nos termos do Decreto Judiciário nº 1.445/17.
 - ✓ Publicado o Edital 001, de 29.8.17 a Diretoria do Foro da Comarca de Mozarlândia abriu inscrições para a realização do trabalho voluntário.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- **Semana Nacional de Conciliação**

- ✓ Realizada no período de 27/11/17 a 1º/12/17.
- ✓ O TJGO recebeu o Prêmio Conciliar é Legal, por estar entre os tribunais que mais fizeram acordo durante a Semana Nacional de Conciliação, ocorrida em 2017.
- ✓ Iniciado ciclo de reuniões para preparação para a edição de 2018, prevista para os dia 9 a 15 de novembro.
- ✓ SGE realizou um estudo sobre a SNC de 2017, para tanto levou-se em consideração apenas os processos remetidos para audiência, excluindo os da fase pré-processual e de execução fiscal do município de Goiânia (7º CEJUSC). Com os dados coletados e analisados, foi possível levantar que dos 1.212 processos encaminhados para conciliação, 510 processos geraram acordo e deste número somente 212 (42%) foram arquivados, mostrando que, em relação à redução da taxa de congestionamento, o projeto não se mostrou efetivo.

- **Implantação de Força-Tarefa para auxílio nas Varas de Execução Penal da comarca de Goiânia**

- ✓ Realizados mutirões nas 1ª e 2ª VEP, objetivou a juntada de petições, realização de cálculos penais, liquidação de penas, definição das datas dos benefícios dos presos e, ainda, promoção de audiências de justificação de falta grave, realização de cálculo, com movimentação de mais de 4 mil processos, sendo realizadas aproximadamente 500 audiências e 1.3 mil atos praticados. Contou com a participação de 15 magistrados, além de servidores da Corregedoria, Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia.

- **Dia Estadual de Julgamentos Colegiados**

- ✓ Realizado, no dia 10/12/2017, pela CGJGO, o evento alcançou o resultado de 1255 processos das Turmas Recursais julgados, em todo o estado.

- **Atuação frente às Metas ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública)**

- ✓ Realizado o Mês Nacional do Júri, em novembro/2017, envolvendo a atuação de magistrados e promotores de justiça de todo o Estado para julgar o maior número possível de processos referentes aos crimes dolosos contra a vida.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ Foram pautados 179 sessões de júris, tendo como resultado 102 condenações, 40 absolvições, 9 desclassificações e 4 prescrições.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **CGJ** – Definir data para a realização do evento Julgamento de Processo dos Juizados Especiais Cíveis. Definir a data para realização do Dia Estadual de Julgamentos Colegiados para o ano de 2018.
- Implantação do Projeto-Piloto de Assistência Remota na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Goiânia



PODER JUDICIÁRIO

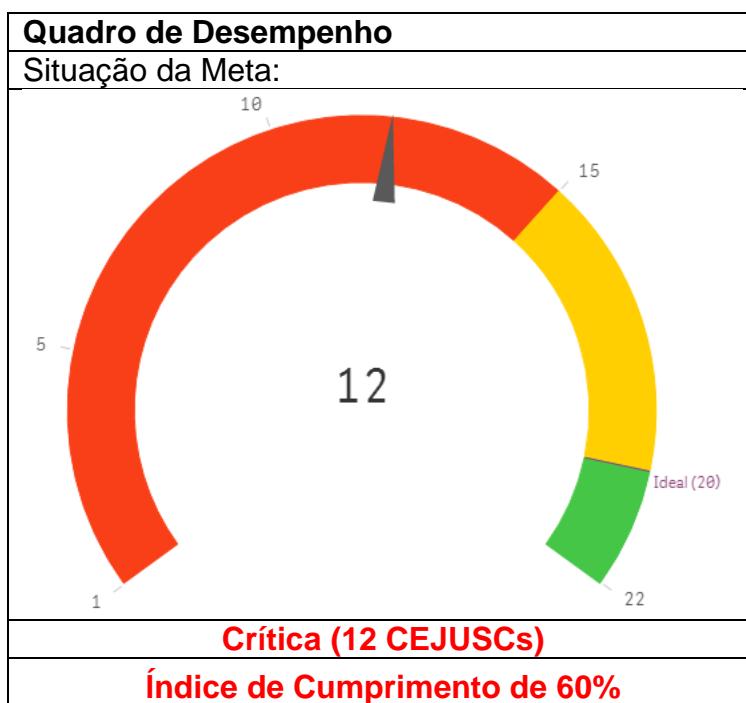
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 8: INSTALAR 20 CEJUSCS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS.

RESPONSÁVEL DA META: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)



INICIATIVA ESTRATÉGICA

- Instalação de 20 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCS

RESULTADOS:

- **Foram inaugurados 12 (doze) CEJUSCS no Estado de Goiás:**
 - ✓ Comarca de Iporá: CEJUSC inaugurado em 21/3/2017.
 - ✓ Comarca de Jandaia: CEJUSC inaugurado em 17/5/2017.
 - ✓ Comarca de Morrinhos: CEJUSC inaugurado em 26/5/2017.
 - ✓ Comarca de Bela Vista de Goiás: CEJUSC inaugurado em 09/06/2017.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ Comarca de Buriti Alegre: CEJUSC inaugurado em 18/8/2017.
- ✓ Comarca de Silvânia: CEJUSC inaugurado em 29/9/2017.
- ✓ Comarca de Alexânia: CEJUSC inaugurado em 7/11/2017.
- ✓ Comarca de Goiânia: CEJUSC PROCON Goiás inaugurado em 19/05/2017.
- ✓ Comarca de Goiânia: 1º CEJUSC de 2º Grau inaugurado em 19/06/2017.
- ✓ Comarca de Orizona: CEJUSC inaugurado em 6/4/2018.
- ✓ Comarca de Piranhas: CEJUSC inaugurado em 28/6/2018
- ✓ Comarca de Posse: CEJUSC inaugurado em 31/8/2018

PREVISÃO DE INAUGURAÇÃO

- ✓ Comarca de Campinorte: setembro/2018

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- ✓ PROAD 37527 (Instalação na Comarca de Cocalzinho de Goiás) – conforme consta dos autos, o processo será remetido ao Juiz solicitante para adequação do pedido. Sem previsão para instalação.
- ✓ PROAD 67393 (Instalação na Comarca de Caldas Novas parceria com o PROCON) - o processo atualmente encontra-se com o Juiz solicitante para adequação do pedido, desde março de 2018.
- ✓ PROAD 67387 (Convênio entre TJGO e faculdade Alfa de Caldas Novas) – o processo atualmente se encontra com o Juiz solicitante para adequação do pedido, desde março de 2018.
- ✓ PROAD 33072 (Instalação na Comarca de Caiapônia) – o processo atualmente se encontra com o Juiz solicitante para adequação do pedido, desde março de 2018.
- ✓ PROAD 53681 (Instalação na Comarca de Hidrolândia) – segundo consta dos autos, foi editado decreto de instalação, porém não foi inaugurado. O processo encontra-se na Divisão de Operações Técnicas para execução do projeto.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ PROAD 108405 (Instalação na Comarca de Mozarlândia) – processo está sendo analisado pelas áreas competentes. Sem data para instalação.
- ✓ PROAD 116120 (Instalação na Comarca de Cavalcante) - processo está sendo analisado pelas áreas competentes. Sem data para instalação.
- ✓ PROAD 123940 (Instalação na Comarca de São Miguel do Araguaia) - processo encontra-se na Presidência para análise. Sem data para instalação



PODER JUDICIÁRIO

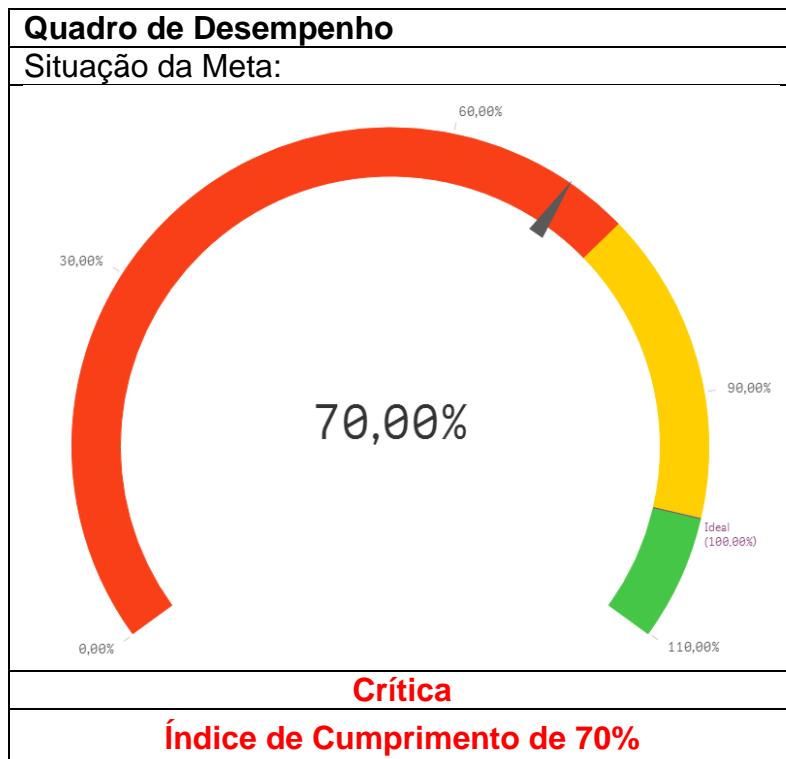
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 9: DESENVOLVER E IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO QUE VISE AO MONITORAMENTO SISTEMÁTICO DOS ASSUNTOS REPETITIVOS E GRANDES LITIGANTES.

RESPONSÁVEL DA META: SGE - Diretoria de Gestão da Informação



RESULTADO:

- Sistema de Inteligência Artificial desenvolvido

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Diretoria de Gestão da Informação da SGE** – aguardando o envio do inteiro teor das súmulas e temas repetitivos para treinamento do sistema



PODER JUDICIÁRIO

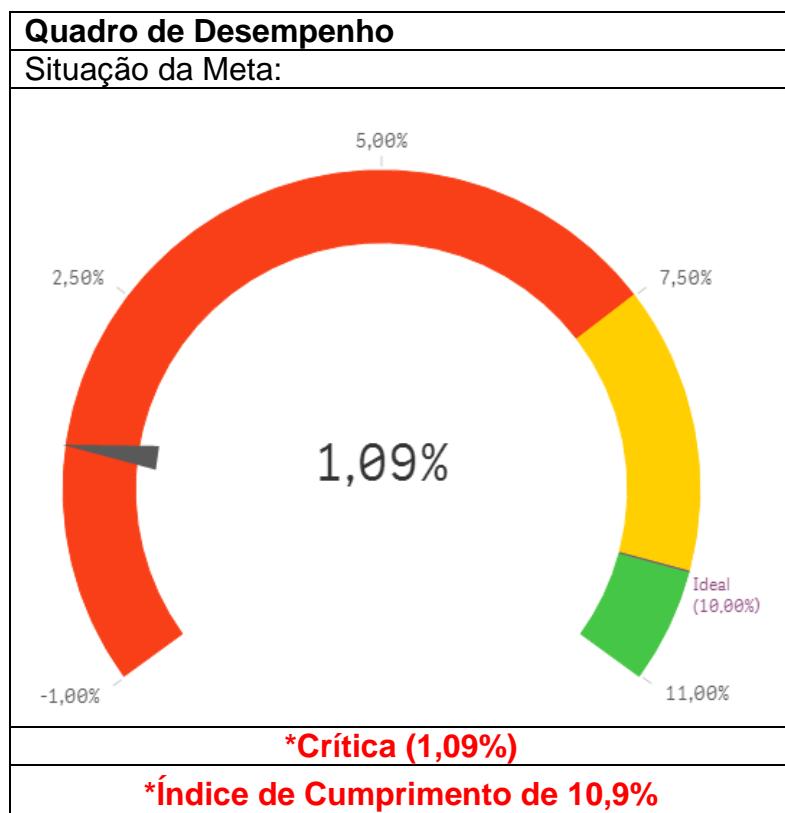
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 10: REDUZIR EM 10% O ACERVO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE GOIÂNIA.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria do Foro / SGE



*Período de referência: julho/2018

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Projeto de Melhoria da Gestão Processual da 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia
- Projeto-Piloto de Assistência Remota na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Goiânia



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

RESULTADOS:

- Suporte pela Divisão de Apoio aos Projetos Estratégicos e Escritório de Projetos da SGE, ao Juiz Titular da Vara, Dr. Felipe Vaz de Queiroz, com o apoio da Diretoria de Informática.
- No mês de novembro de 2017, a equipe da Divisão de Apoio aos Projetos Estratégicos e Escritório de Projetos da SGE, em auxílio na respectiva vara, promoveu a baixa de 7000 mil processos.
- O 7º CEJUSC, em parceria com a Prefeitura de Goiânia, participou da Semana Nacional de Conciliação, trazendo os seguintes resultados:

PREFEITURA DE GOIÂNIA – PROCESSUAL + PRÉ-PROCESSUAL	
Audiências realizadas /Acordos	Valor Arrecadado
11544	R\$ 4.411.300,44

- Relevante destacar que com a edição da Lei Complementar nº 307/2017, alterando o valor de alçada para o ajuizamento das ações de execuções fiscais para R\$ 1.426,00 (um mil e quatrocentos e vinte e seis reais), a tendência é que a quantidade de processos que ingressará na Vara de Execução Fiscal seja menor.
- Está em execução, desde agosto de 2018, o Projeto-Piloto de Assistência Remota na Vara de Execução Fiscal.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- Ainda persiste a necessidade de promover, por meio da Diretoria de Informática, adequação do sistema do Processo Judicial Digital – PJD nas seguintes funcionalidades:
 - ✓ Classificação de perfil por valor
 - ✓ Aumento da capacidade de movimentação em lote entre a vara e o 7º CEJUSC
 - ✓ Busca/classificação de processos pelo campo movimentação
 - ✓ Emissão automática de certidão narrativa
- **Diretoria de Informática** - comprometeu-se a concluir os trabalhos pertinentes a este projeto até o mês de junho, o que será executado pela Fábrica de Software contratada.
- Após concluídas as adequações será verificado junto à Equipe de Digitalização Integrada a possibilidade de realização de mutirão digital na vara.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Para cumprimento da meta há necessidade de serem baixados 23.000 processos, considerando a projeção de ingresso de mais 2.000 processos.



PODER JUDICIÁRIO

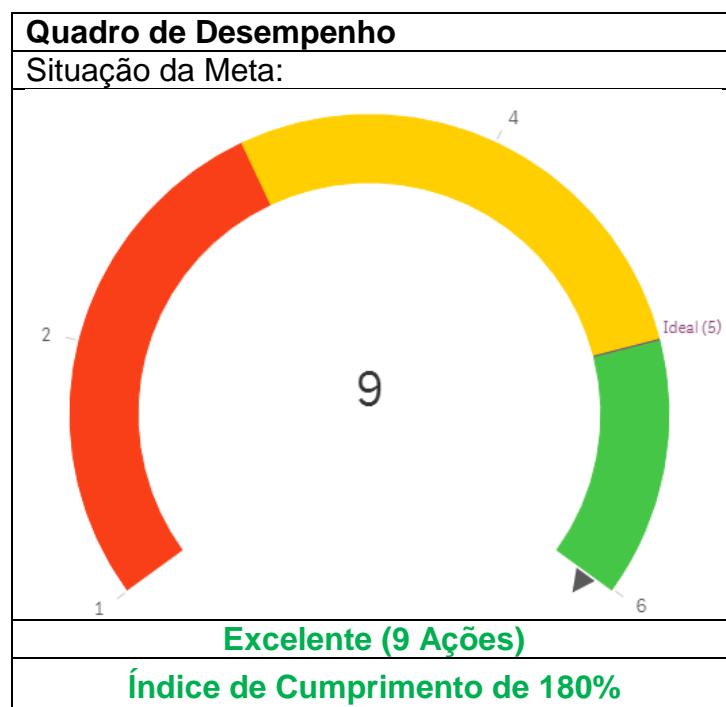
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 11: APRIMORAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE 5 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria Geral da Justiça / GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Atuação frente às Metas ENASP
- Implantação do Processo Judicial Digital Criminal e Digitalização dos Processos Físicos
- Semana Nacional – Justiça pela Paz em Casa
- Reestruturação da Gerência de Cidadania do NUPEMECT
- Projeto Rede Mulher em Paz – Transformando a vida de vítimas e ofensores da violência doméstica em busca da paz
- Projeto Maria da Penha vai à escola
- Implantação de Força-Tarefa para auxílio nas 1^a e 2^a Vara de Execução Penal na Comarca de Goiânia
- Projeto BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – 1^º e 2^º Graus



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Projeto Processo Judicial Digital nas Varas de Execução Penal de Goiânia e Região Metropolitana

RESULTADOS:

- **Realizadas as VII, VIII, IX, X e XI Semana Nacional da Justiça pela Paz em casa**
 - ✓ Sob a coordenação da Coordenadoria Estadual da Mulher, objetivando o combate e prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres por meio de palestras, atendimentos psicológicos, caminhadas, audiências e julgamentos de processos.
- **Projeto Rede Mulher em Paz**
 - ✓ O projeto idealizado pelo Juiz Rodrigo de Castro Ferreira, que ficou em 1º Lugar no Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos da AMAERJ, em 06 de novembro de 2017.
 - ✓ A iniciativa visa devolver a autoestima às vítimas de violência doméstica por meio da atuação em 4 frentes: prevenção, acolhimento, proteção e empoderamento feminino.
 - ✓ Consta em tramitação os autos 67691, que tratam de pedido de institucionalização do referido programa no âmbito do Poder Judiciário goiano, formulado pela Coordenadoria Estadual da Mulher.
- **Reestruturação da Gerência de Cidadania do NUPEMEC**
 - ✓ Sendo coordenada pela Juíza Camila Nina Erbetta Nascimento (Decreto Judiciário nº 2.058/2017), tem por objetivo atuar em duas frentes: a conciliação e mediação nas áreas cível e de família e a Justiça Restaurativa na esfera criminal.
 - ✓ Justiça Restaurativa na Comarca de Luziânia desde novembro/2016.
 - ✓ Projeto Oficina Terapêutica: objetiva mostrar ao agressor o grau de reprovabilidade do fato ocorrido. O agressor é submetido a doze oficinas terapêuticas, sendo, num primeiro momento, durante a oficina, diagnosticado o perfil psicológico de cada participante.
 - ✓ Projeto Grupo Reflexivo: tem por objetivo conscientizar os agressores incursos na Lei Maria da Penha, a fim de evitar a reincidência.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- **PJD nas Varas Criminais**

- ✓ A partir de 04 de setembro de 2017, os processos criminais dos Juizados da Infância e da Juventude passaram a ser protocolados somente em meio eletrônico.

- **Meta ENASP**

- ✓ Descrito na Meta 7 do Plano de Gestão 2017/2019.

- **Assinados dois Termos de Cooperação entre o TJGO e a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás (SSPAP)**

- ✓ Em agosto de 2017, visando regulamentar a realização do Censo Carcerário e os procedimentos de controle de apreensão, armazenamento e destinação de armas de fogo.

- **Implantação de Força-Tarefa para auxílio na 1ª e 2ª Vara de Execução Penal na Comarca de Goiânia:**

- ✓ Descrito na Meta 7 do Plano de Gestão 2017/2019.

- **Projeto BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, no 1º e no 2º Graus:**

- ✓ Consiste na atualização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisão, a fim de constar dados de todos os presos em cumprimento de pena no regime fechado e semiaberto, assim como o cadastramento de todos os presos provisórios do Estado de Goiás, no âmbito do 1º e 2º Grau.
- ✓ A Força-tarefa mobilizou, no período de 60 dias, mais de 40 servidores do estado, que atuaram nos processos de execução penal, provisórios, foragidos, procurados e em liberdade condicional.
- ✓ Segundo dados levantados, em 2/3/2018, foram cadastrados 15.994 presos sentenciados e provisórios, de um universo de 16.511.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- **PJD - VEP**

- ✓ O projeto compreende a implantação do Processo Judicial Digital nas Varas de Execução Penal da Comarca de Goiânia e da região metropolitana.
- ✓ Por determinação foi incluído no projeto a Comarca de Formosa, dada a recente implantação de um presídio estadual na região.
- ✓ Por meio do Decreto nº 645/2018, foi regulamentado o ajuizamento e peticionamento eletrônico nas Varas de Execução Penal da Comarca de Goiânia apartir de 7/5/2018.
- ✓ Iniciada a digitalização das Varas de Execução Penal da Comarca de Goiânia em 2/5/18.



PODER JUDICIÁRIO

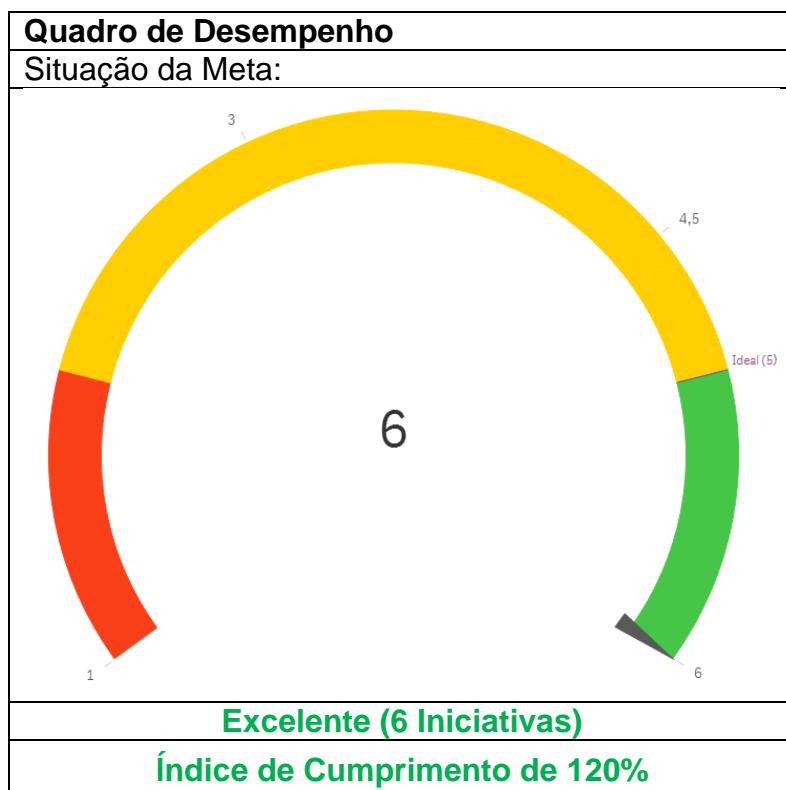
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 12: REALIZAR 5 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS QUE VISEM A BENEFICIAR A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria-Geral / Centro de Saúde



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Implantação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, instituído pela Resolução nº 66/2016 do TJGO
- Programa Bem Viver
- Programa de Saúde Ocupacional
- Reconhece RH
- Pagamento da URV
- Reajuste do Auxílio Alimentação



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

RESULTADOS:

- **SESMT**

- ✓ PRORAD 38603 – Autorizada a disposição de dois servidores efetivos da Prefeitura de Goiânia para atuarem no Centro de Saúde/SESMT.

- **Programa Bem Viver**

- ✓ Dia Internacional da Mulher
- ✓ Dia das Mães.
- ✓ Festa Junina.
- ✓ Dia dos Pais.
- ✓ Semana do Servidor: em homenagem ao dia do servidor celebrado em 28/10/2017, o TJGO em parceria com o SINDJUSTIÇA e outras entidades, promoveu programação especial: dia 25/10 na sede do TJGO, dia 26/10, no Fórum Criminal, e no dia 27/10 no Fórum Cível. Os servidores tiveram acesso à feira gastronômica, workshops e oficina de reciclagem com foco em produção de puffs de garrafas pet, com instrutor da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA.
- ✓ Natal Solidário – Um ato de amar, um gesto de carinho.
- ✓ Páscoa Solidária
- ✓ Mercadinho Natureba

- **Programa de Saúde Ocupacional**

- ✓ Campanhas de vacinação
- ✓ Inauguração da Unidade de Saúde no Fórum Cível de Goiânia - ocorrida em 29/06/17, a unidade está localizada no subsolo do referido fórum, sendo realizados, além dos atendimentos emergenciais, os atendimentos clínicos laboratoriais e pré-agendados.
- ✓ Readequação das funções assistenciais e periciais da Junta Médica do Poder Judiciário.
- ✓ Disponibilizados atendimentos psicológicos e grupos terapêuticos aos servidores.
- ✓ Disponibilizado para Magistrados e servidores atendimento dos Médicos Peritos, em cumprimento a carga horária, nas especialidades: clínico geral, neuropsiquiatria, ortopedia, pediatria, cirurgia vascular, endocrinologia, pneumologia e ginecologia. Os atendimentos ocorrem no Fórum Cível desde junho de 2017.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ Criação da Unidade de Atendimento à situações Emergenciais de saúde no Fórum Heitor Moraes Fleury.

- **Pagamento da URV (conversão do Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor):**
 - ✓ Mais de 6 mil servidores receberam o pagamento das diferenças apuradas na conversão dos vencimentos em URV, do período de 1994 a 2005. O pagamento para servidores será feito em 100 parcelas, enquanto que para magistrados será em 130, tendo iniciado na folha de pagamento do mês de maio/2017.

- **Reajuste do Auxílio-Alimentação**
 - ✓ O reajuste do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Judiciário goiano foi aprovado pela Corte Especial do TJGO no dia 27/09/2017.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Centro de Saúde:** verificar o levantamento feito pela Divisão de Compras para aquisição de equipamentos de saúde e segurança, solicitada no PROAD 32827.



PODER JUDICIÁRIO

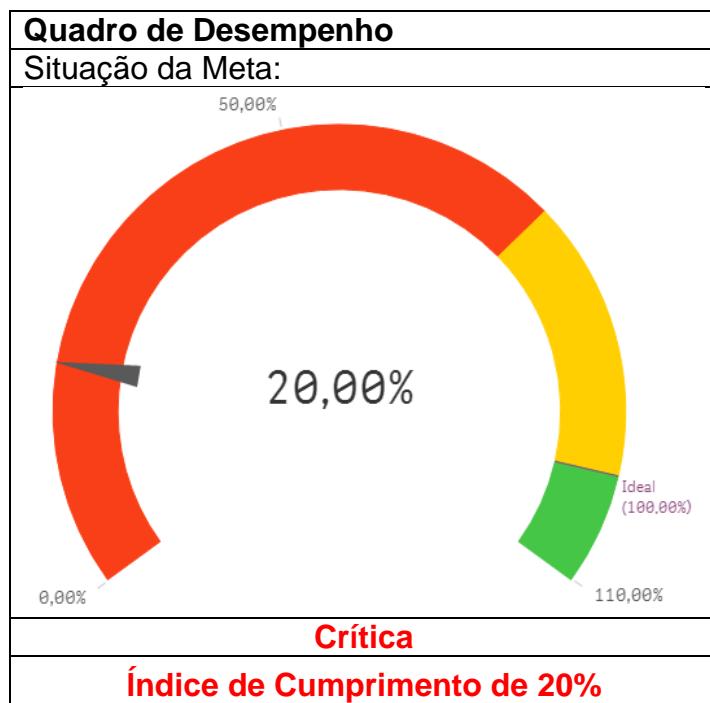
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 13: REESTRUTURAR AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA-GERAL DO TJGO.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Diretoria-Geral / Secretaria de Gestão Estratégica



RESULTADOS:

- Reestruturação das unidades da Diretoria de Recursos Humanos, com a extinção do Núcleo de Alocação, Avaliação e Acompanhamento de Pessoal e da Divisão de Atendimento ao Servidor e criação da Divisão de Alocação e Atendimento ao Servidor, conforme Decreto Judiciário nº 1264/2017.
- Recomposto o Conselho Setorial de Política Salarial do Poder Judiciário do Estado de Goiás pelo Decreto Judiciário nº 588/2017.
- Edição do Decreto nº 932/2017, que extingue a Divisão de Apoio ao Interior e cria a Divisão de Apoio à Execução de Projetos Estratégicos. Além de reestruturar a Coordenadoria da Infância e da Juventude, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e de Execução Penal.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Edição dos Decretos Judiciários nº 1.850/2017 e 2.417/2017, que, respectivamente, inclui, no âmbito do Poder Judiciário goiano, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário como órgão colegiado de Assessoria da Presidência do TJGO e extingue a Secretaria de Monitoramento e Fiscalização de Liberdades.
- Edição dos Decretos Judiciários nºs 1.728 e 2.296/2017, que reestruturam o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e o Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental.
- Pela edição do Decreto nº 405/2018 foi instituído o Grupo de Trabalho para estudos sobre a Resolução 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.
 - ✓ O mencionado grupo reuniu-se periodicamente para estudo da resolução e desenvolvimento de módulo no Sistema SGE Transparência, a fim de dar cumprimento aos comandos da supradita resolução.
 - ✓ Iniciado ciclo de reuniões com representantes do Poder Judiciário goiano visando ao debate sobre a melhor forma de aplicação do ato normativo.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- A Diretoria de Gestão da Qualidade da SGE ficou responsável por consolidar as sugestões de alteração do Decreto nº 2830/2014, encaminhadas pela diversas diretorias deste Poder.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 14: ELABORAR E APROVAR A PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E DE CARREIRA DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência



RESULTADOS:

- Pelo Decreto Judiciário nº 588/2017 foi recomposto o Conselho Setorial de Política Salarial do Poder Judiciário do Estado de Goiás. O referido conselho reuniu-se regularmente para tratar do novo Plano de Cargos, Salários e de Carreiras do Poder Judiciário, sendo elaborada uma minuta do PCS, que foi apresentada ao SINDJUSTIÇA, em assembleia geral extraordinária, no dia 24/10/17, e por unanimidade de votos foi acolhida por seus filiados.
- Foi editado o Decreto Judiciário nº 1.734/2017, que recompõe a Comissão de Servidores TJGO, destinada ao estudo e normatização dos paradigmas a serem empregados nos processos de aposentadoria, quando cabível a incorporação.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Aprovada pela Corte Especial a minuta do PCS, em sessão ordinária, realizada no dia 14/03/18.
- Aprovada na Assembleia Legislativa, em 04/04/18, e sancionada pelo Governador em 05/04/18, a Lei nº 20.033/2018, alterando a Lei estadual nº 17.663/2012, que dispõe sobre a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás e dá outras providências.



PODER JUDICIÁRIO

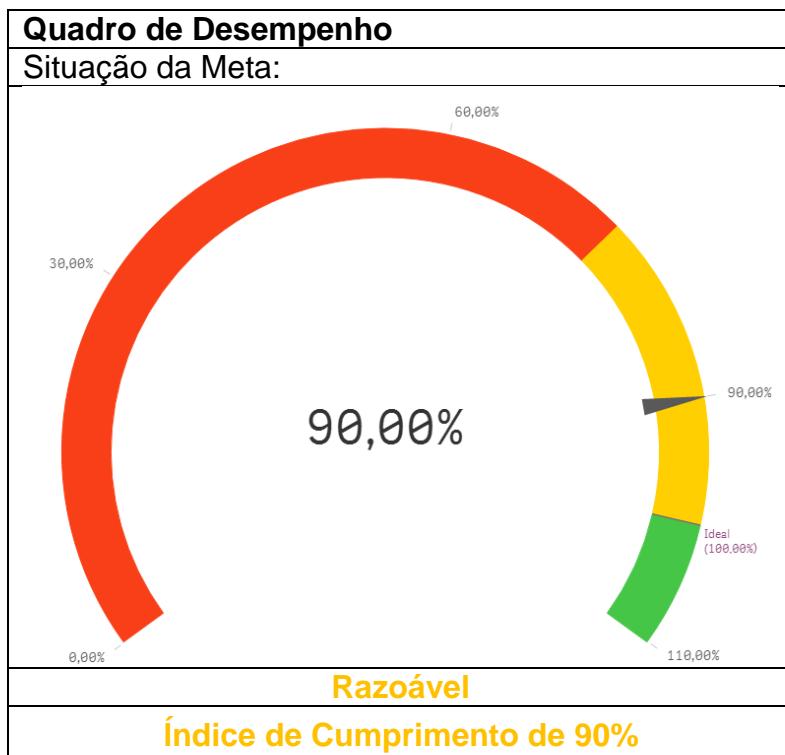
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 15: IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO DE CUSTOS GLOBAIS DE FORMA A GARANTIR O CONTROLE E A ECONOMICIDADE DE RECURSOS.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria-Geral / SGE – Diretoria de Gestão da Informação



RESULTADOS:

- O Sistema de Gestão de Custos concluído. Este sistema foi desenvolvido pela Diretoria de Gestão da Informação da SGE, e está inserido no Portal SGE Transparência, na área Gestão Administrativa – Central de Custos.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- Edição de ato normativo que regulamente o sistema.



PODER JUDICIÁRIO

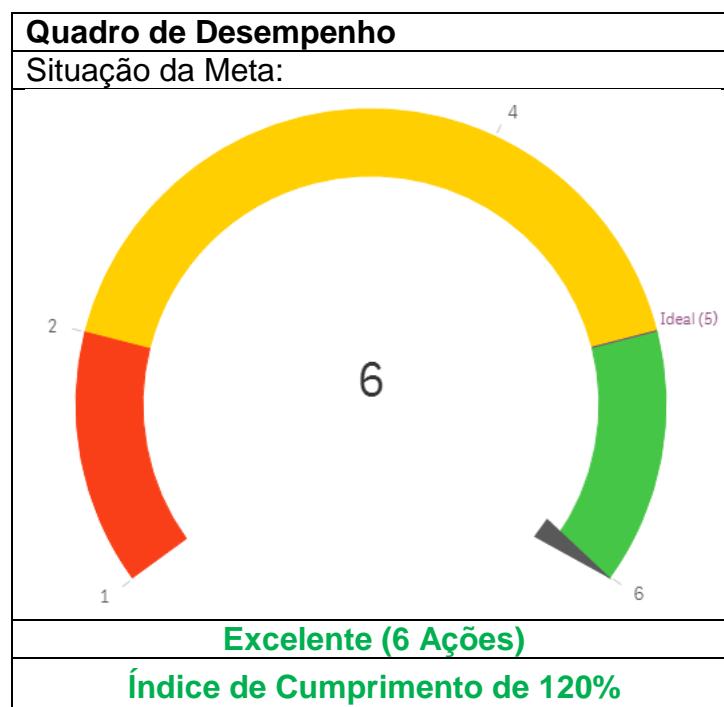
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 16: REALIZAR 5 AÇÕES COM A FINALIDADE DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO.

RESPONSÁVEL DA META: Secretaria de Gestão Estratégica



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Elaboração do Plano de Gestão do biênio
- Pesquisa com Magistrados e servidores sobre sugestões às Metas Nacionais - 2018
- Elaboração do Orçamento Participativo
- Reunião de Avaliação da Estratégia
- SGE Transparência

RESULTADOS:

- Para elaboração do Plano de Gestão 2017/2019 foram realizadas reuniões com Diretores de área, coordenadores de núcleos e presidentes de comissões, no período de 13/02 a 20/02/17.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- No ano de 2017, por meio de questionário, disponibilizado no Portal do Servidor, no período de 19/06 a 27/06/17, foi realizado levantamento junto a Magistrados e servidores sobre sugestões às Metas Nacionais de 2018, propostas pela Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual.
- Em 2018, a pesquisa referente as Metas Nacionais de 2019 foi estendida a toda sociedade, membros do MP, advogados e defensores público, no período de 17 a 24 de agosto de 2018.
- Em atendimento à Resolução nº 194/2014 (institui a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição) e 195/2014 (dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário), ambas do Conselho Nacional de Justiça o TJGO disponibilizou no Portal do Servidor questionário para que Desembargadores, Juízes, Diretores de Foros e servidores tivessem a oportunidade de opinar sobre a distribuição orçamentária deste Poder. Para o ano de 2018 o formulário ficou disponível no período de 19/06 a 27/06/17. Já para o ano de 2019 acessível no período de 21/6 a 6/7/2018.
- RAE – Reunião de Análise da Estratégia com periodicidade quadrimestral. Estas reuniões contam com a participação de membros do nível estratégico do Poder Judiciário de Goiás, conforme estabelecido na Resolução nº 29/2015 do TJGO.
- Implantação do sistema SGE TRANSPARÊNCIA em maio/2017. Esta ferramenta permite a gestão tanto das informações do CNJ, quanto das informações relativas a processos judiciais e administrativos. Além de dados administrativos como consumo de água, energia elétrica e controle da frota de veículos do Poder Judiciário goiano. Foi incluído, também, o módulo sobre a Resolução nº 219/2016 do CNJ.



PODER JUDICIÁRIO

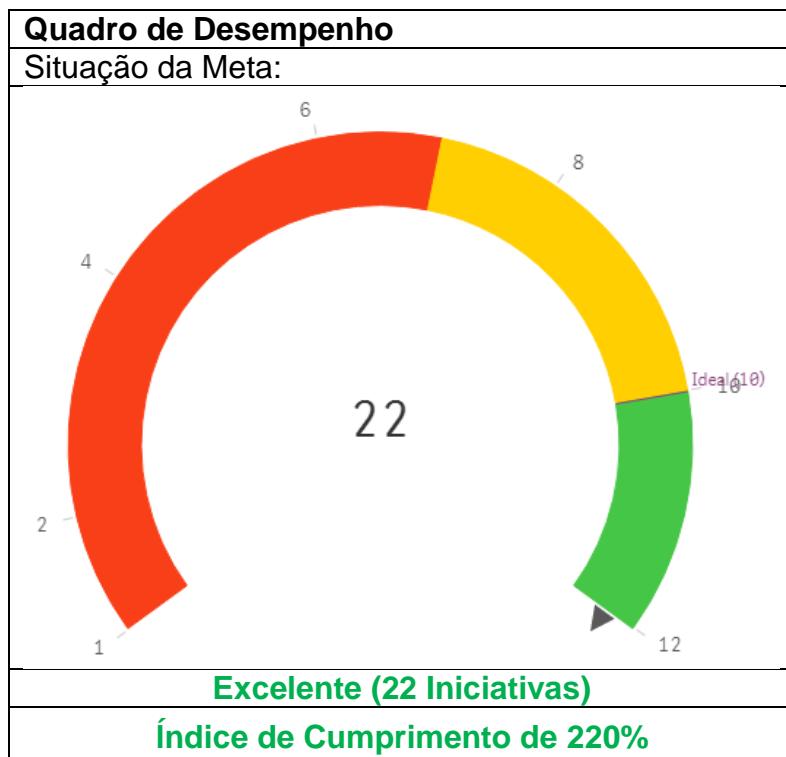
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 17: PROMOVER 10 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS COM A FINALIDADE DE DAR TRANSPARÊNCIA E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO.

RESPONSÁVEL DA META: Secretaria de Gestão Estratégica



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- SGE Transparência:

Painel de Indicadores de Qualidade e Desempenho	Painel de Processos Judiciais e Administrativos	Painel de Gestão Administrativa
<ul style="list-style-type: none">Indicadores ProcessuaisLotação 219 –CNJControle Segundo GrauInformação de Distribuição - 2º GrauControle PROADIndicadores de Itens de ConsumoRelatório de dados da Meta 2	<ul style="list-style-type: none">Aptos para Julgamento PresidênciaAptos para Julgamento GabinetesAptos para Julgamento da Corte EspecialInventário Criminal 2º Grau	<ul style="list-style-type: none">Relatório de Consumo de ÁguaRelatório de Consumo de EnergiaRelatório de Consumo de TelefoniaRelatório de Consumo de Consumo de PostagemContratos AdministrativosControle de Frota de Veículos



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Encontros Regionais da CGJ/GO
- Reestruturação do Portal da Internet, Intranet e Mídia *Indoor*
- Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás
- Ouvidorias em Rede
- Implementação do Sistema Malote Digital na Procuradoria-Geral do Estado
- Implementação do Sistema Malote Digital na Secretaria de Segurança Pública
- Cadeia de Valor do TJGO
- Carta de Serviços do TJGO

RESULTADOS:

- **Encontros Regionais da CGJ/GO**

- ✓ Descritos os resultados na Meta 1 do Plano de Gestão 2017/2019.

- **Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás:**

- ✓ Projeto objetiva disponibilizar à população o acesso ao acervo histórico-cultural do Poder Judiciário goiano.
 - ✓ Realizadas reuniões para celebração do Termo de Cooperação entre a UFG e o TJGO para colaboração na organização e conservação do acervo histórico-cultural do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás.
 - ✓ Designada a Diretoria Administrativa como unidade responsável pelo levantamento do acervo (PROAD 69397).
 - ✓ Expedido ofício circular aos Juízes de Direito Diretores de Foro, solicitando levantamento de itens para composição do acervo histórico do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás.
 - ✓ Disponibilizado no Portal do Servidor, formulário de Levantamento do Acervo Histórico para preenchimento após a verificação feita pelo Diretores do Foro.
 - ✓ A Comissão de Implantação do Centro de Memória, instituída pelo Decreto Judiciário nº 2.321/2017, em reunião realizada em 04/06/2018, deliberou pela criação de uma equipe de trabalho para executar atividades de análise, escolha, recebimento, organização, catalogação, tratamento e inventário dos itens que irá compor o acervo do Centro de Memória.
 - ✓ Publicado, em 17/8/18, Edital de Licitação nº 039/2018, modalidade Tomada de Preço, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma do Edifício Histórico do Fórum da Comarca de Cidade de Goiás – Centro de Memória do TJGO (PROAD nº 86725)



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- ✓ Expedido o Ofício Circular nº 19/2018, comunicando aos Diretores de Foro que algumas comarcas receberão a visita técnica para avaliação de itens que possam compor o acervo histórico do Centro de Memórias.

- **Ouvidorias em Rede**

- ✓ A Ouvidoria do TJGO, em articulação com outros órgãos, viabilizou a assinatura, em 15/08/2017, do Termo de Cooperação Técnica que institui a Ouvidorias em Rede, canal amplo de contato entre diversos organismos estaduais, visando à troca de experiências e divulgação das respectivas ações.

- **Termo de Cooperação com a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás**

- ✓ O Presidente do TJGO, Desembargador Gilberto Marques Filho assinou, no dia 16/08/2017, o acordo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Geral do Estado de Goiás (PGE), para implementação do Sistema Malote Digital. A iniciativa visa a facilitar o envio e o recebimento de documentos entre os órgãos, além de agilizar as comunicações e trazer maior segurança jurídica.

- **Implementação do Sistema Malote Digital na Secretaria de Segurança Pública**

- ✓ Implementado Malote Digital na Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Polícia Militar e Civil e Superintendência Executiva de Administração Penitenciária para o envio e o recebimento de mandado de prisão, ofícios e alvarás de soltura, desde novembro de 2017.

- **SGE Transparéncia**

- ✓ Considera-se cada módulo especificado no sistema uma iniciativa estratégica desenvolvida com a finalidade de alcance da Meta. Atualmente, existem 17 módulos em funcionamento, conforme listados acima.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Cadeia de Valor do TJGO:**

- ✓ Diretoria de Gestão da Qualidade já elaborou a minuta do manual. Encaminhar o processo, simultaneamente, para as diretorias aprovarem o material produzido, visto que o Sistema PROAD já possui recurso para este tipo de andamento.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- **Carta de Serviços do TJGO:**

- ✓ A Diretoria de Gestão da Qualidade da SGE está em fase final de levantamento de dados para a publicação da carta de serviços.



PODER JUDICIÁRIO

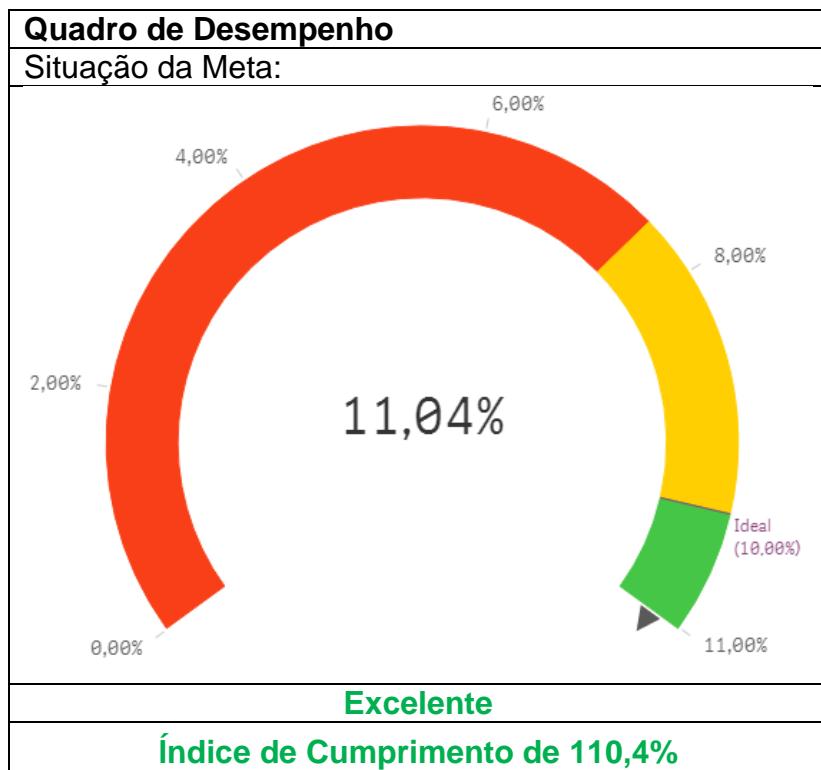
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento



META 18: AMPLIAR O ÍNDICE DE GOVERNANÇA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TIC, EM 10% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2016.

RESPONSÁVEL DA META: SGE / Comissão de Informatização / Diretoria-Geral



RESULTADOS:

- Respondido o questionário iGovTIC-Jud para o Conselho Nacional de Justiça, no mês de referência – setembro - no ano de 2017 e de 2018. Sendo apresentado os seguintes resultados:

Ano	Nível	iGovTIC-Jud	Classificação – Segmento Justiça Estadual
2016	Satisfatório	0,42	23
2017	Satisfatório	0,44	25
2018	Satisfatório	0,51	24

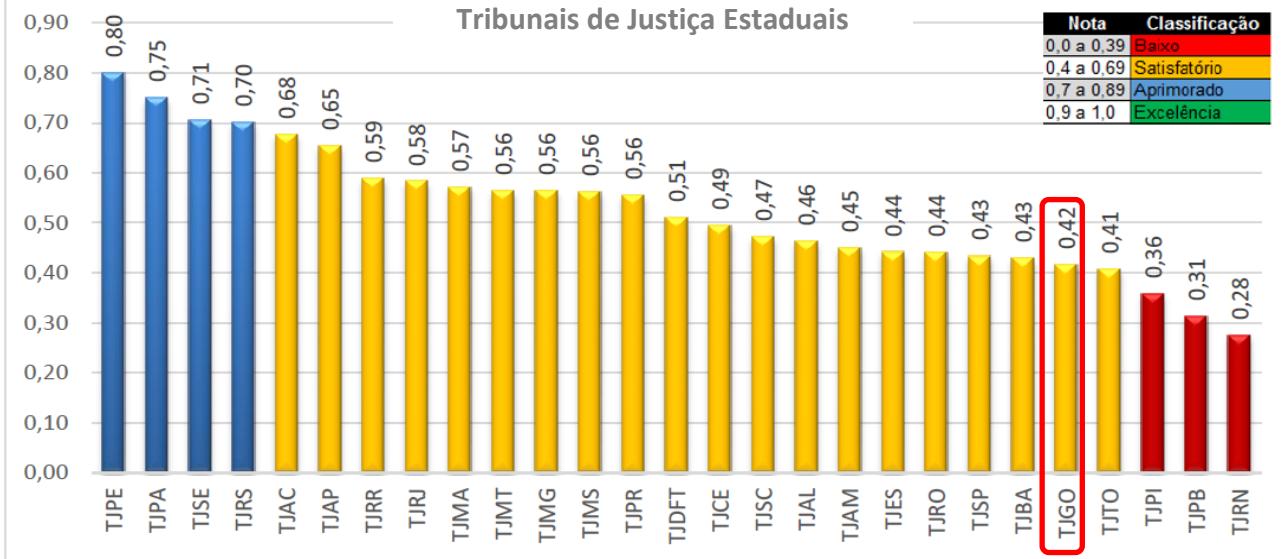


PODER JUDICIÁRIO

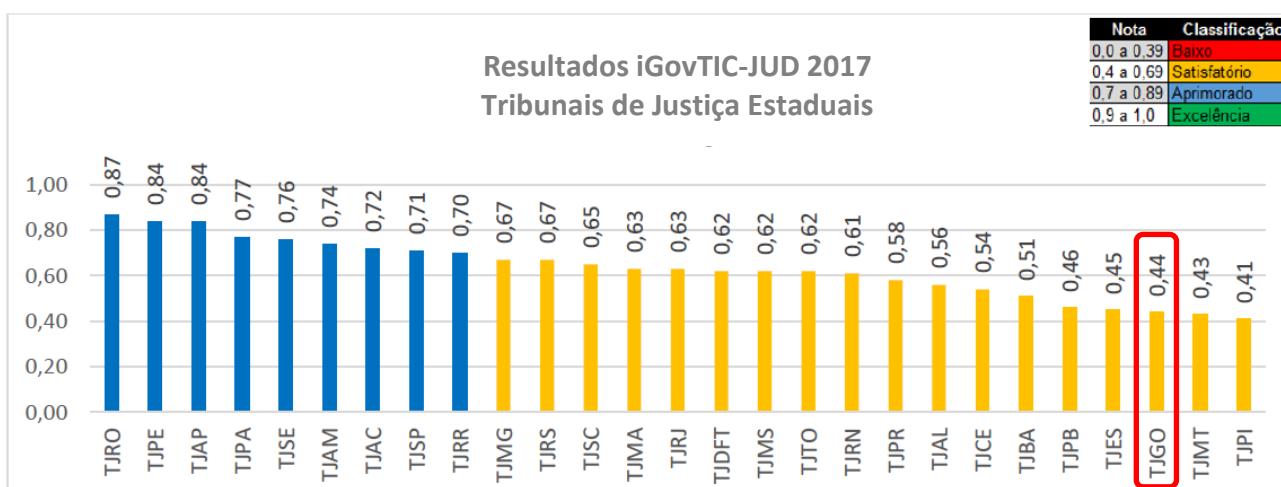
Tribunal de Justica do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

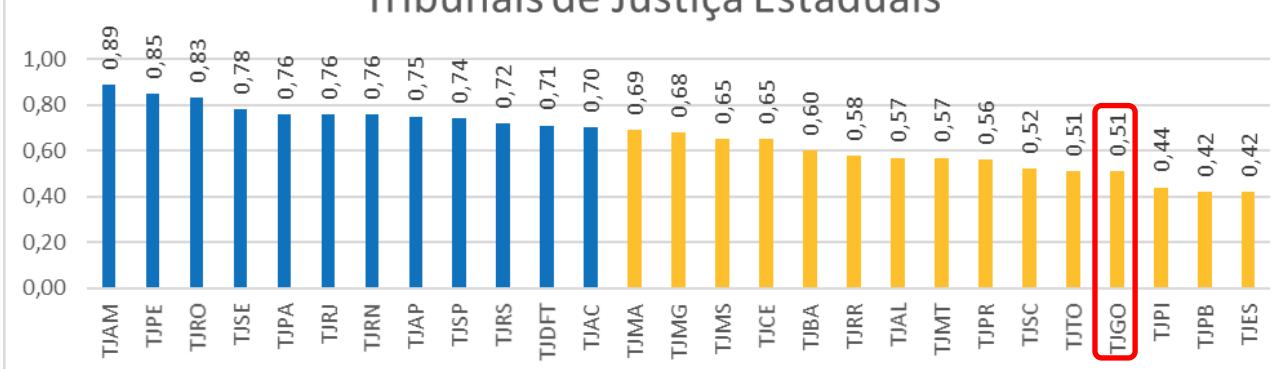
Resultados iGovTIC-JUD 2016 Tribunais de Justiça Estaduais



Resultados iGovTIC-JUD 2017 Tribunais de Justiça Estaduais



Resultados iGovTIC-JUD 2018 Tribunais de Justica Estaduais





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Dá análise dos gráficos constantes do relatório Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD 2017 e 2018, disponibilizado no site CNJ é possível verificar que:

2017 – o TJGO aumentou o índice em 0,02 pontos em relação ao ano de 2016, entretanto perdeu posição entre os tribunais de Justiça Estaduais, da 23º posição passou a ocupar a 25ª.

2018 - o TJGO ultrapassou a meta estabelecida no Plano de Gestão 2017/2019, aumentando a pontuação para 0,51, o que corresponde ao percentual de 11,04% e alcançou a 24ª posição entre os tribunais estaduais.

- Quanto ao critério Nível de Maturidade, cada órgão pode ser classificado em:

Baixo $0,00 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 0,40$

Satisfatório $0,40 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 0,70$

Aprimorado $0,70 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 0,90$

Excelência $0,90 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 1,00$

O TJGO permanece com a classificação em **satisfatório**, uma vez que não atingiu a pontuação necessária para enquadrar-se em aprimorado ou excelência.

AÇÃO NECESSÁRIA:

- Executar o plano de ação (PROAD Nº 78000), elaborado pela Diretoria de Planejamento da SGE e Diretoria de Informática, a partir dos novos critérios estabelecidos pelo CNJ.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

QUADRO RESUMO DAS METAS

Meta	Situação	Meta	Situação
Meta 1	Cumprida	Meta 10	Crítica
Meta 2	Crítica	Meta 11	Cumprida
Meta 3	Crítica	Meta 12	Cumprida
Meta 4	Cumprida	Meta 13	Crítica
Meta 5	Cumprida	Meta 14	Cumprida
Meta 6	Razoável	Meta 15	Razoável
Meta 7	Cumprida	Meta 16	Cumprida
Meta 8	Crítica	Meta 17	Cumprida
Meta 9	Crítica	Meta 18	Cumprida

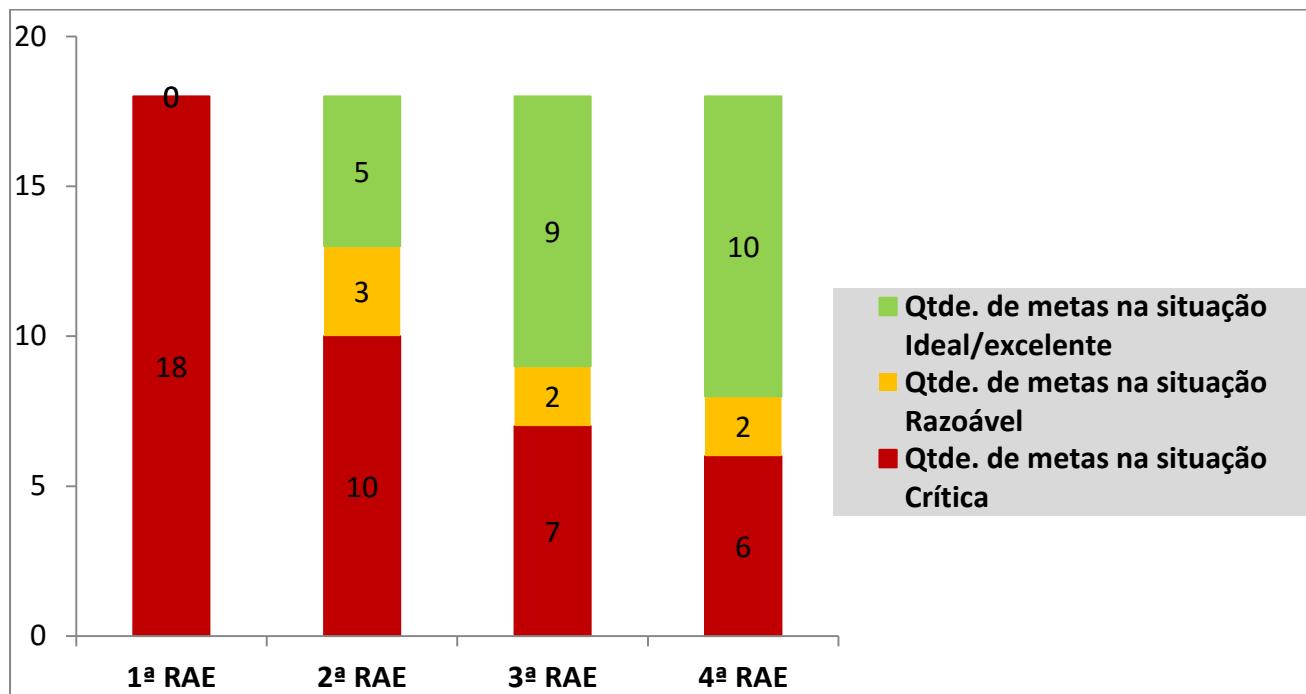


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

EVOLUÇÃO DAS METAS





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

METAS NACIONAIS 2018

Este relatório apresenta o desempenho do Poder Judiciário goiano nas Metas Nacionais 2018, segmento da Justiça Estadual, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNJ disponibilizou em seu *site* o Painel de Resultados das Metas Nacionais de 2018, possibilitando consultar o desempenho dos diversos tribunais que compõem o Poder Judiciário Nacional. Assim, este tribunal pôde iniciar o levantamento de dados para construção deste relatório, tendo como referência período de janeiro a junho de 2018.

Importante frisar que, para uma análise mais precisa de seu desempenho quanto ao cumprimento das metas nacionais, o TJGO utilizou alguns dos parâmetros do Justiça em Números, como a classificação dos tribunais por segmento e por porte, para gerar gráficos comparativos de desempenho.

Com essas fontes de pesquisa foi possível a elaboração das informações a seguir.



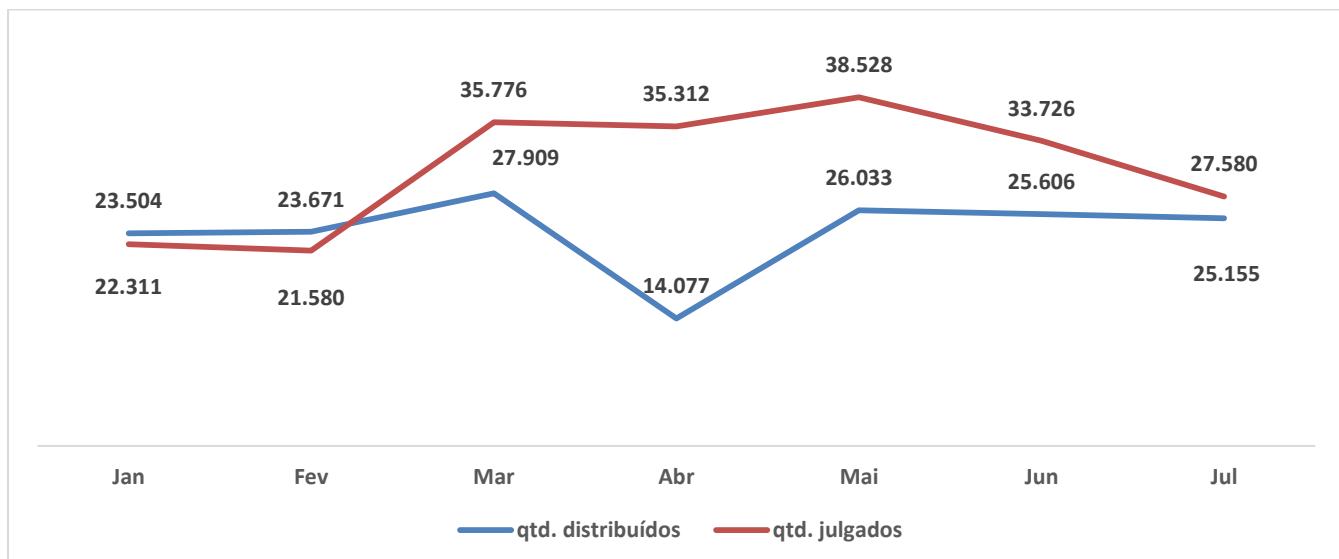
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 1 – JULGAR MAIS PROCESSO QUE OS DISTRIBUIDOS

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.



O Gráfico de evolução da Meta, gerado no período de janeiro a julho de 2018, demonstra que após o mês de fevereiro houve impulso maior para o julgamento de processos de conhecimento por este tribunal, o que levou o TJGO ao primeiro lugar dentre todos os tribunais estaduais do país.

- Percentual de Cumprimento: 129,44%
- Média geral: 96,08%



PODER JUDICIÁRIO

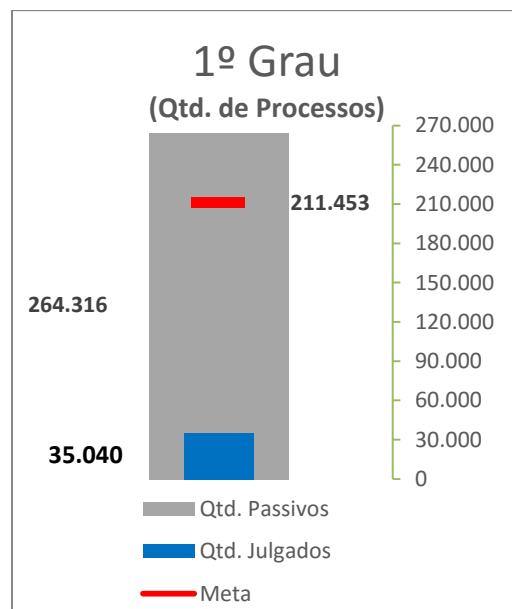
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 2 – JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS

Esta meta propõe julgar os processos mais antigos em todas as instâncias do judiciário estadual, assim definido:

Identificar e julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau:



- Percentual de Cumprimento: 16,57%
- Média geral de 12,44%
- Para cumprimento da meta é necessário o julgamento de 176.413 processos

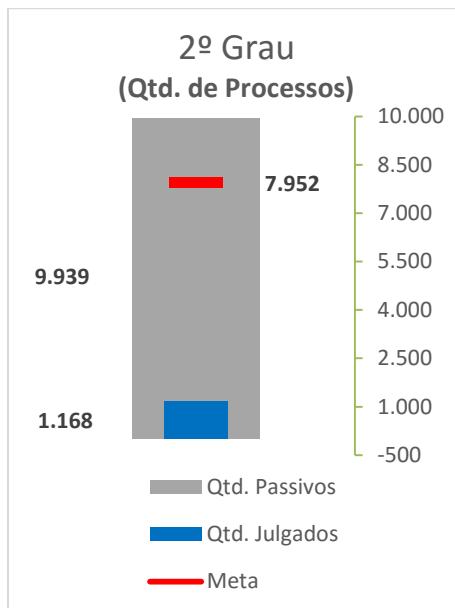


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Identificar e julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau:



- Percentual de Cumprimento: 14,69%
- Média geral de 12,48%
- Para cumprimento é necessário o julgamento de 6.784 processos.

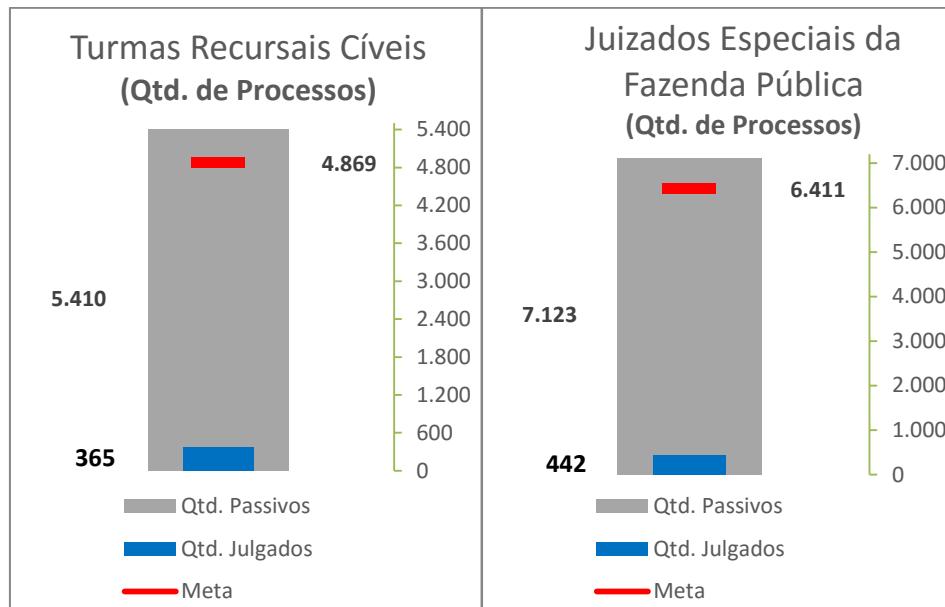
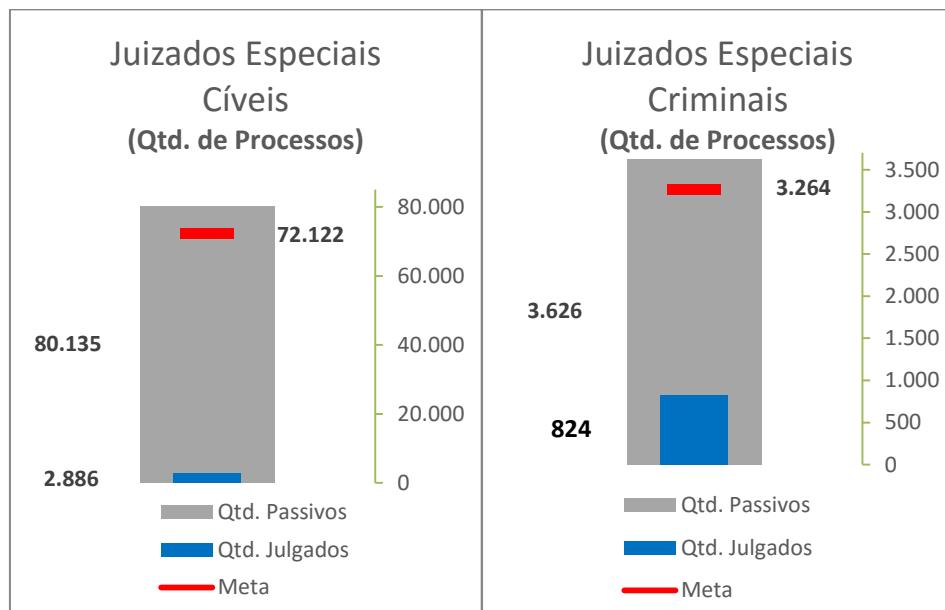


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Identificar e julgar 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais:



- Percentual de Cumprimento: 5,21%
- Média geral de 5,62%



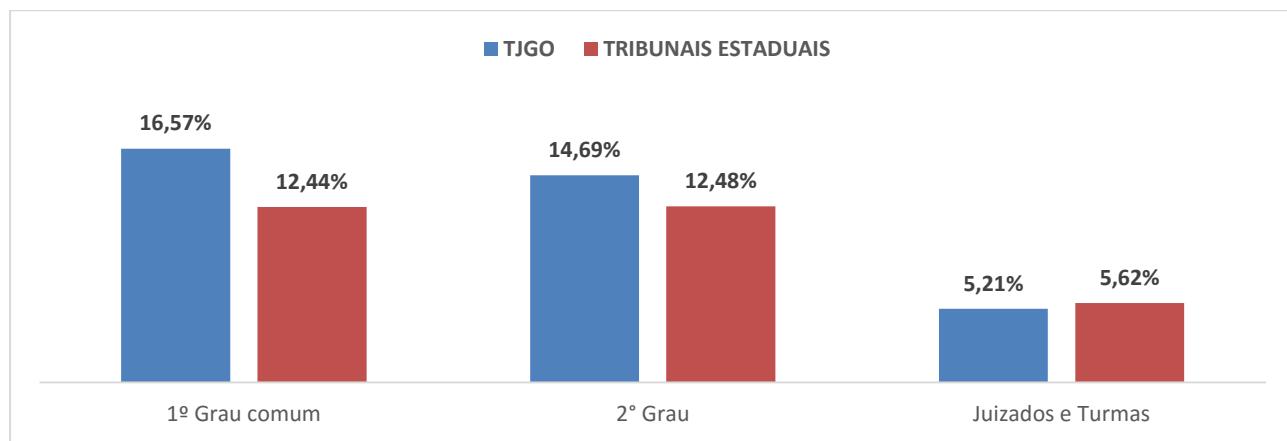
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

- Para cumprimento é necessário o julgamento:
 - ✓ De 69.236 processos nos Juizados Especiais Cíveis
 - ✓ De 2.440 processos nos Juizados Especiais Criminais
 - ✓ De 6.367 processos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública
 - ✓ De 4.504 processos nas Turmas Recursais Cíveis

Gráfico de Desempenho Geral



Considerando o parâmetro tribunais estaduais, sobre os dados lançados no Painel de Resultados das Metas Nacionais 2018 e analisados pela SGE, o TJGO apresenta, dentro do período de referência, desempenho acima dos demais tribunais do país.



PODER JUDICIÁRIO

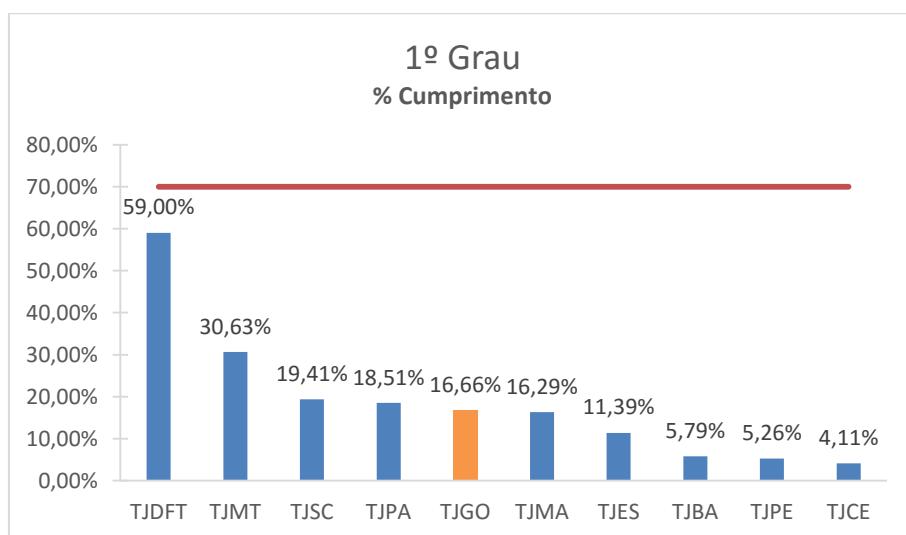
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 4 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Identificar e julgar até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

1º Grau:



- Percentual de Cumprimento: 16,66%
- Média geral de 13,45%
- Para cumprimento da meta necessário julgar 1.256 processos

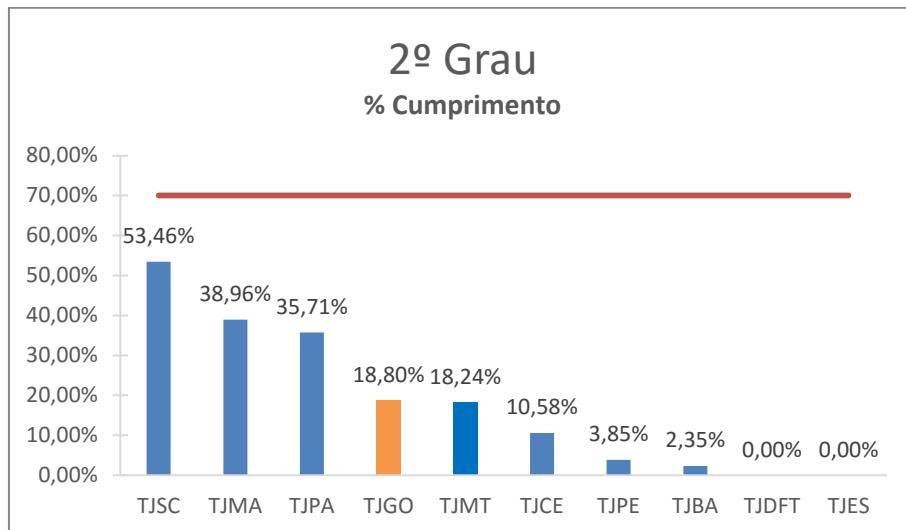


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

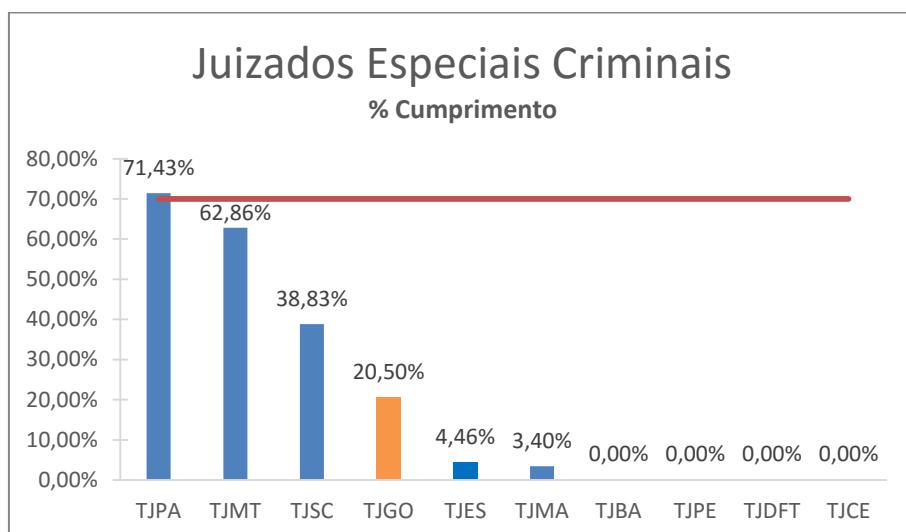
Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

2º Grau:



- Percentual de Cumprimento: 18,80%
- Média geral de 11,02%
- Para cumprimento da meta necessário julgar 22 processos

Juizados Especiais Criminais



- Percentual de Cumprimento: 20,50%
- Média geral de 18,86%
- Para cumprimento da meta necessário julgar 125 processos

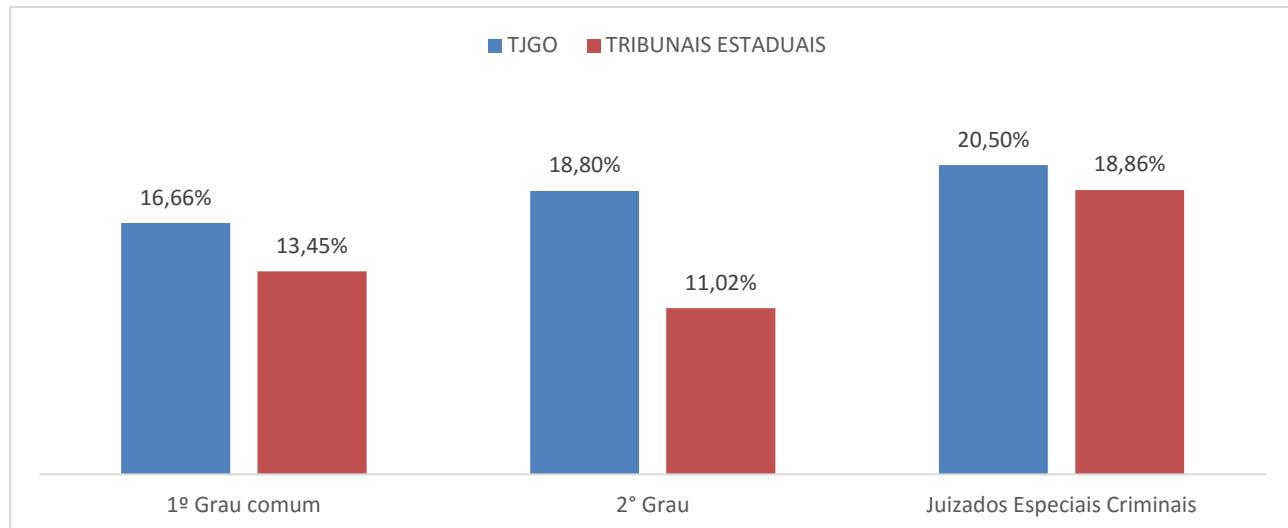


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Gráfico de Desempenho Geral



Sobre os dados lançados no Painel de Resultados das Metas Nacionais 2018, e pela análise da SGE, observa-se que em relação aos demais tribunais de médio porte do país (10 tribunais), o TJGO encontra-se na quinta posição no que tange ao 1º Grau, em quarto lugar no 2º Grau, e também, em quarto lugar em relação aos Juizados Especiais Criminais.

Comparado aos tribunais estaduais do país, como observado no gráfico de desempenho geral, este tribunal encontra-se, de maneira considerável, acima da média.

Importante salientar que, até o momento, somente o TJAC atingiu a meta estabelecida (70%), mostrando ser uma meta bastante desafiadora até o momento.



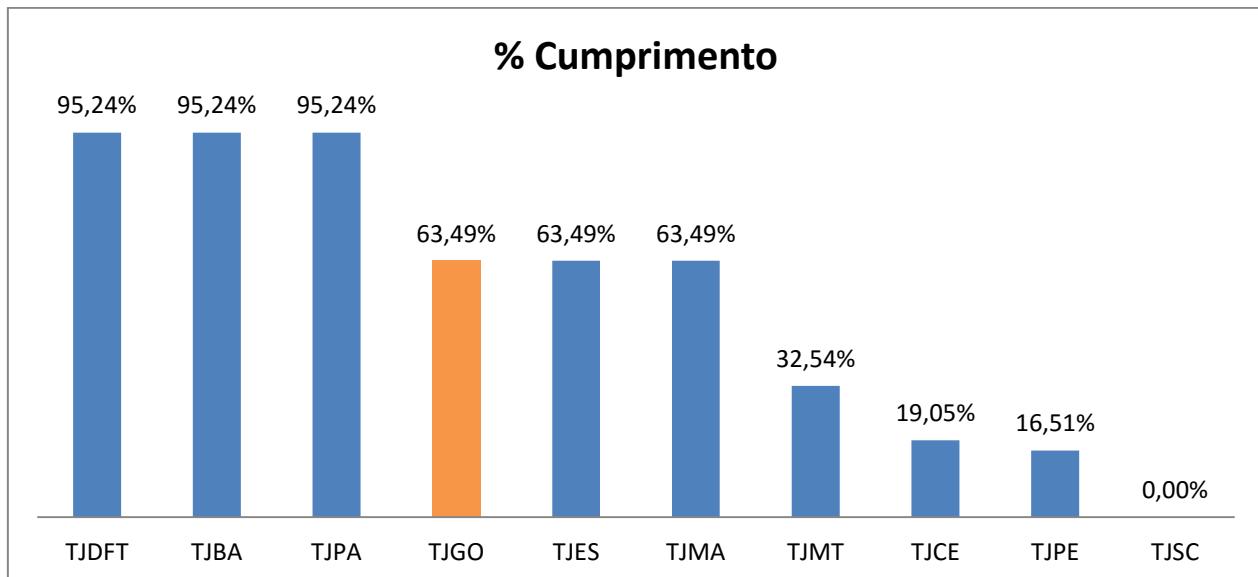
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 5 – IMPULSIONAR OS PROCESSOS À EXECUÇÃO

Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018.



- Percentual de Cumprimento: 63,49%
- Média geral de 55,14%

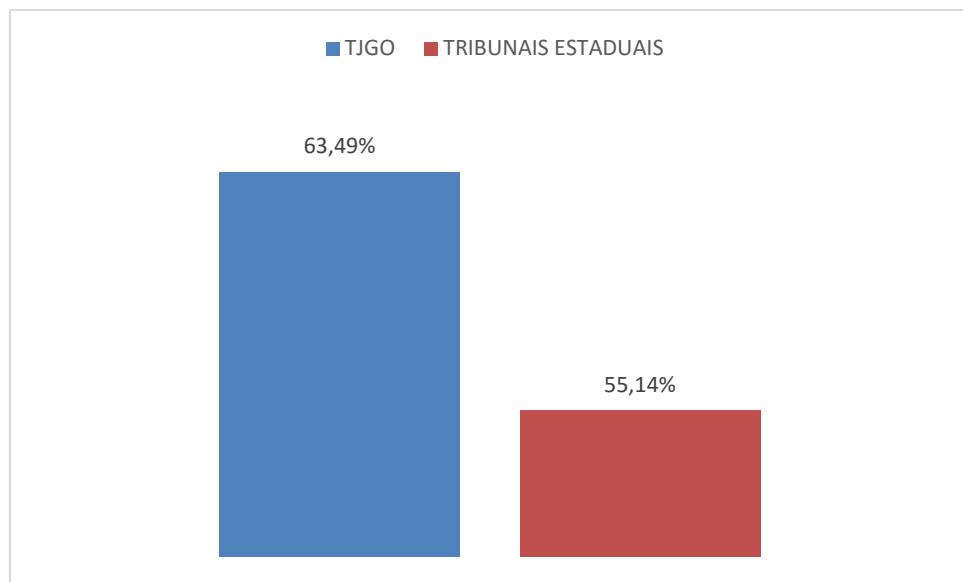


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Gráfico de Desempenho Geral



Em relação aos tribunais de médio porte, o TJGO encontra-se na quarta colocação, estando a sua frente os tribunais do TJDFT, TJBA e TJPA.

Contudo, considerando o desempenho geral, em relação aos demais tribunais do país, já atingiu 63,49%, enquanto os demais tribunais alcançaram 55,14% de cumprimento da meta.



PODER JUDICIÁRIO

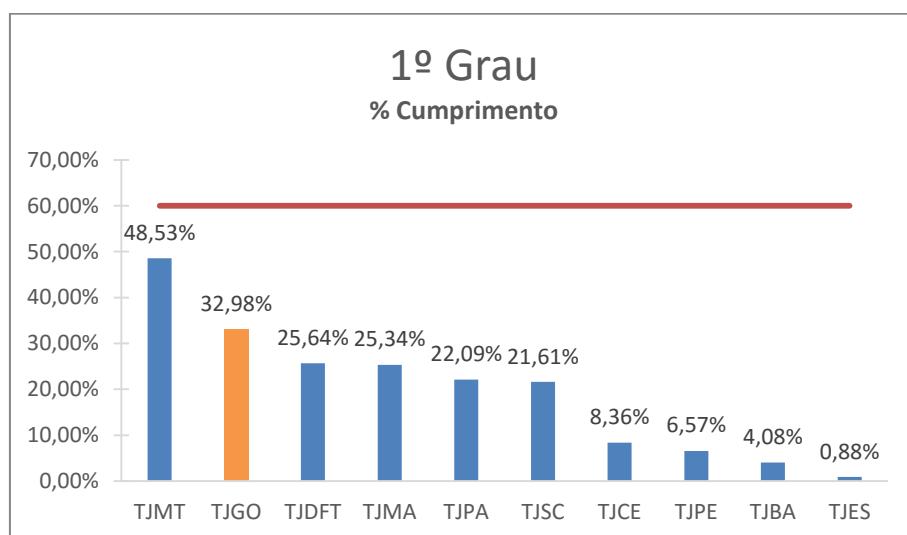
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 6 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DAS AÇÕES COLETIVAS-JUSTIÇA ESTADUAL

Esta meta propõe julgar os processos em todas as instâncias do judiciário estadual, assim definido:

Identificar e julgar até 31/12/2018 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau.



- Percentual de Cumprimento: 32,98%
- Para cumprimento da meta necessário julgar 2.193 processos

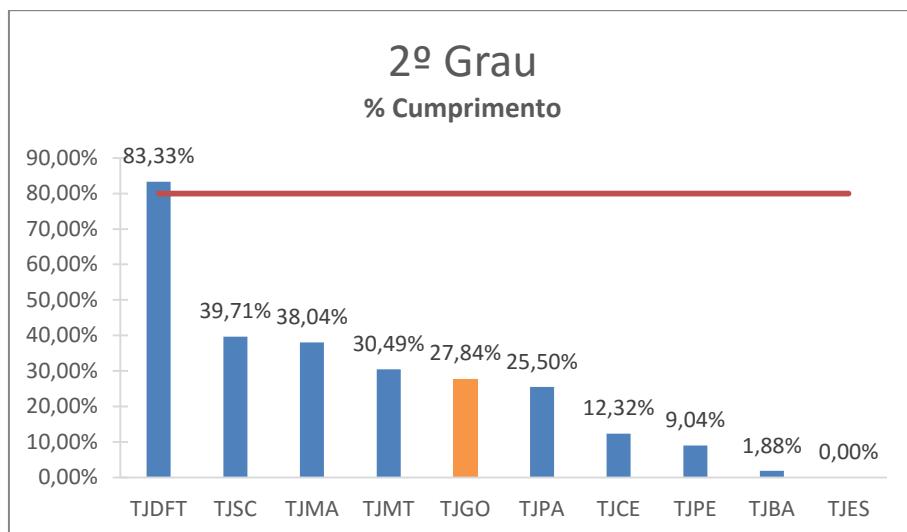


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Identificar e julgar até 31/12/2018 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.



- Percentual de Cumprimento: 27,84%
- Para cumprimento da meta necessário julgar 169 processos

Em relação as ações coletivas de 1º Grau, o TJGO encontra-se na segunda posição, com o percentual de cumprimento de 48,53%, consoante informações do CNJ. Para que a meta alcance os 60% estabelecidos será necessário o julgamento de 2.193 processos.

No tocante ao 2º Grau, é preciso o julgamento de 169 processos para atingir os 80% das ações de 2º Grau referente aos processos de ações coletivas.



PODER JUDICIÁRIO

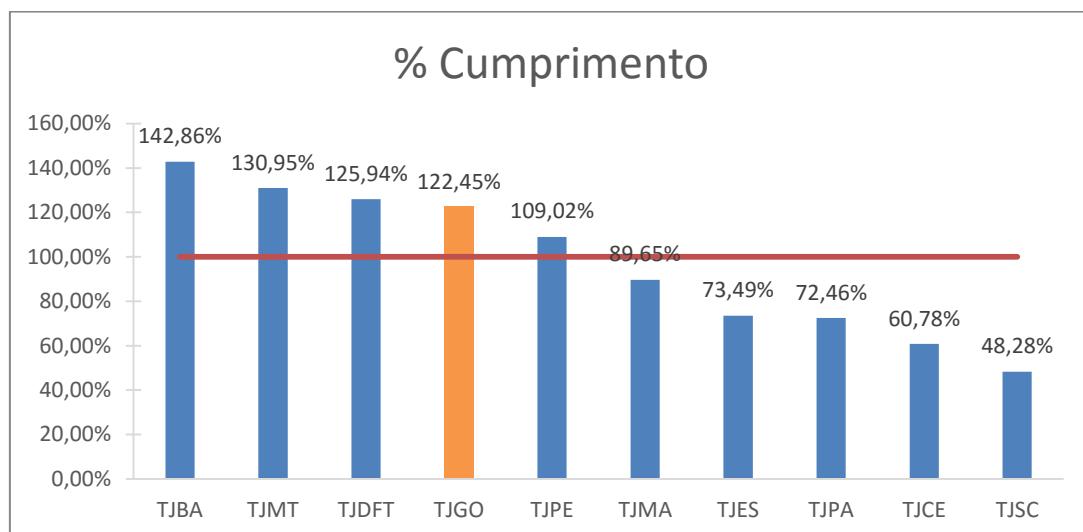
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

META 8 – FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Segundo consta do Glossário das Metas Nacionais de 2018, a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres baseia-se na “atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência”.

A meta pretende fortalecer essa rede de enfrentamento até 31/12/2018.



- Percentual de Cumprimento: 122,45%
- Média geral de 84,62%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de Gestão Estratégica – Diretoria de Planejamento

Conforme evidenciado no gráfico, o TJGO está em posição excelente, uma vez que a meta já se encontra cumprida integralmente, sem possibilidade de ser reduzido o percentual já alcançado de 122,45% até a última aferição da meta.

RAE

REUNIÃO DE
ANÁLISE DA
ESTRATÉGIA

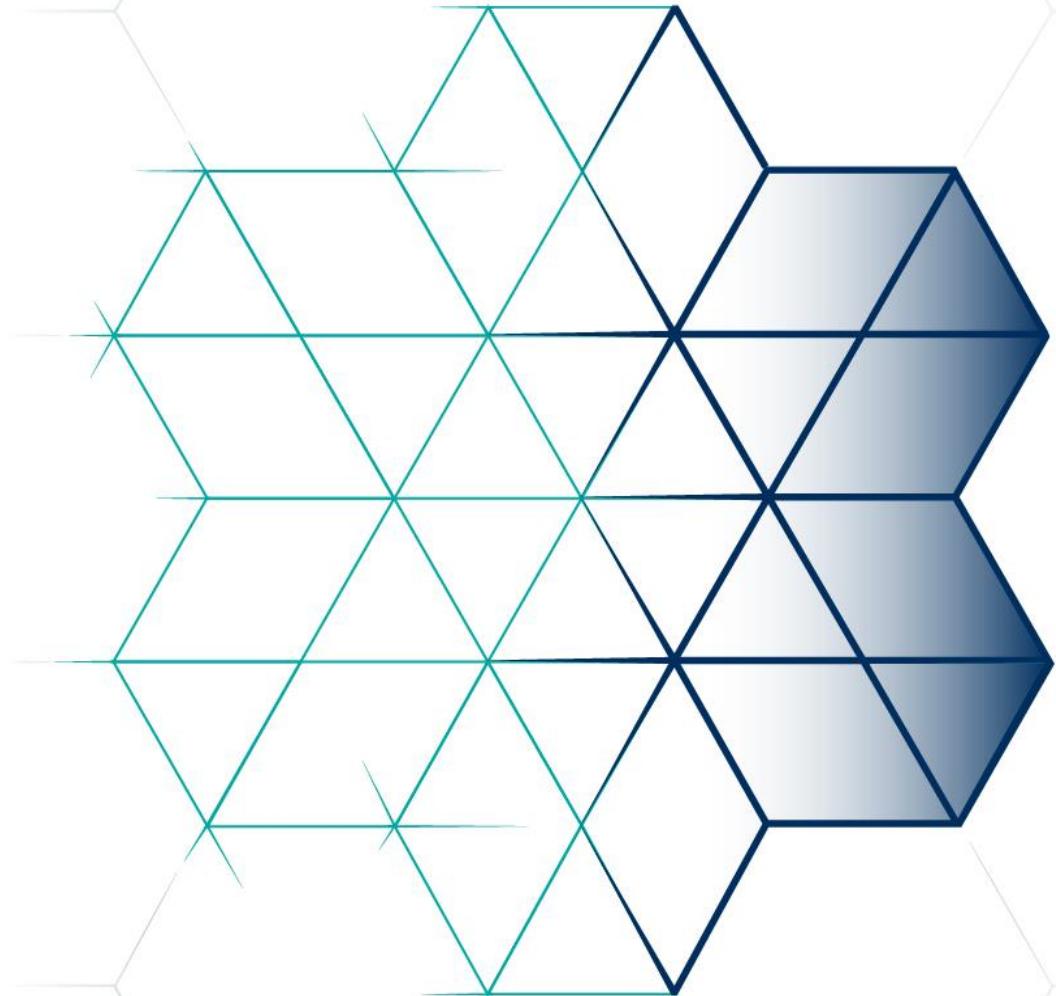
PLANO DE GESTÃO 2017/2019

FEVEREIRO/2017 A AGOSTO/2018



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

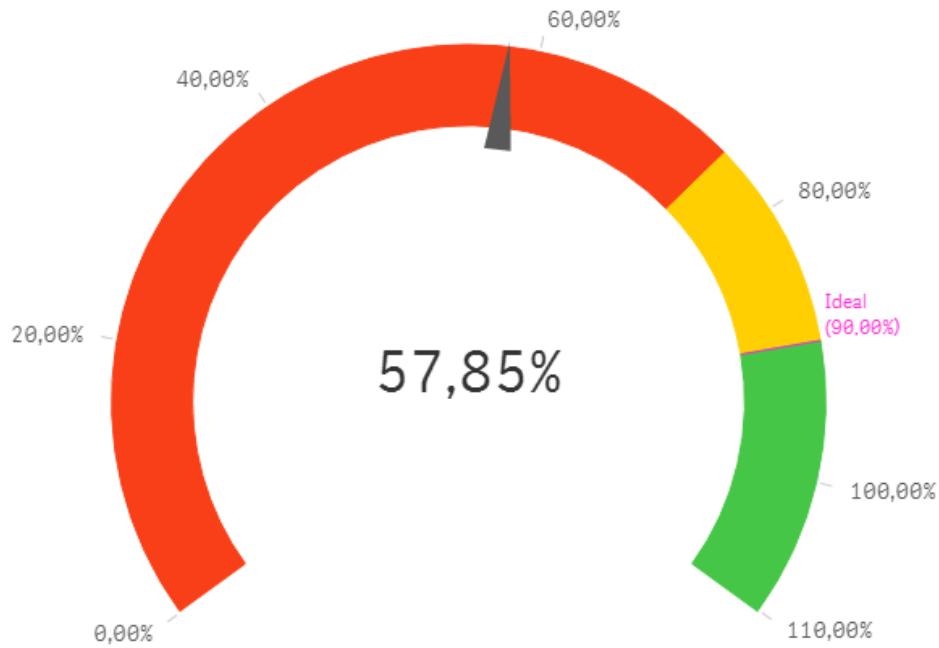
PLANO DE GESTÃO

BIÊNIO 2017/2019

METAS DO PLANO DE GESTÃO BIÊNIO 2017/2019



META 2 - Implantar no mínimo 90% das ações relativas a aquisições sustentáveis e descarte de resíduos e bens inservíveis estabelecidas no Plano de Logística Sustentável - PLS 2017/2019.



Crítica

- Aquisição sustentável:
5 Ações previstas, 3 ações realizadas
- Descarte de resíduos
4 Ações previstas, 3 ações realizadas
- Descarte de bens inservíveis
5 Ações previstas, 3 ações realizadas



Ações Necessárias – Meta 2

Descarte de resíduos

- **NURSA*** – levantamento dos prédios que possuem local adequado para descarte e armazenamento temporário materiais recicláveis.
- **NURSA*** – disponibilizar um local ou contêiner para o adequado armazenamento do material no TJGO. Aguardando o término da reforma.

Descarte de bens inservíveis

- **Comissão do Centro de Memórias** – Acompanhar o PROAD nº 86725, que trata da reforma do Edifício do Fórum de Goiás. Os autos encontram-se na Comissão de Licitação para providências, sendo publicado o edital para contratação de empresa.

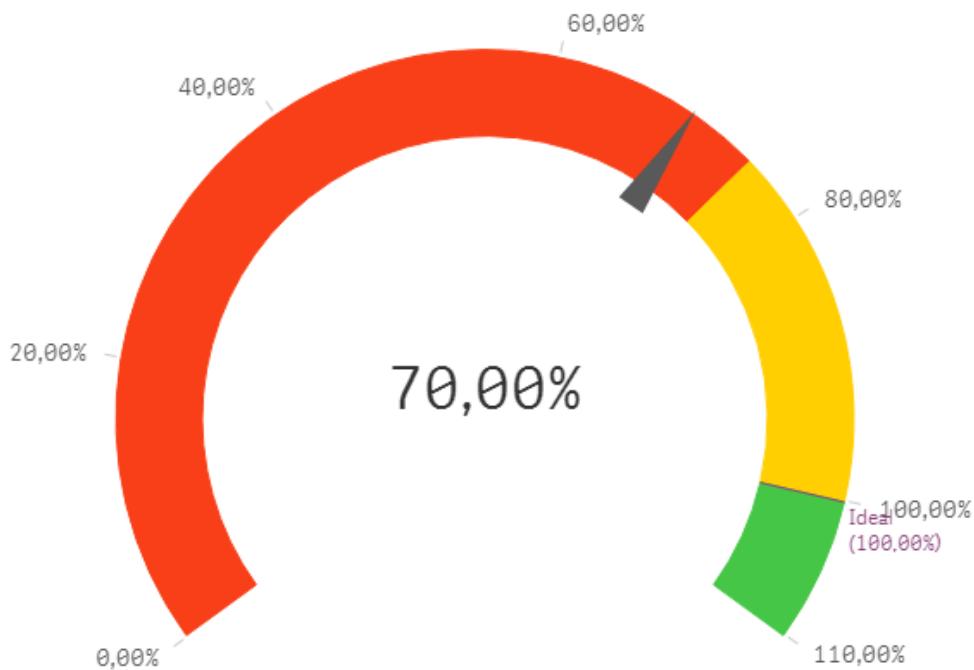
Aquisições sustentáveis

- **NURSA*** – o que consta dos autos nº 53607, que trata da elaboração do Manual de Licitação Sustentável, o processo foi remetido para análise da Comissão de Licitação, contudo, devido ao elevado volume de trabalho e dos processos de licitação em andamento, a comissão devolveu os autos ao núcleo, sem emitir o parecer.
- **DG** – Deliberação a respeito do estudo de reestruturação da Divisão de Compras.

Obs.: Não tem correlação direta à meta mas diz respeito a aquisições sustentáveis:

- **SGE e Diretoria Administrativa** - Iniciar estudo de viabilidade de terceirização da frota. Já consta autuado o PGP sob nº 82621.
- **NURSA e Diretoria Administrativa** – Impulsionar o estudo sobre a viabilidade de implantação do projeto de lavagem à seco dos veículos.

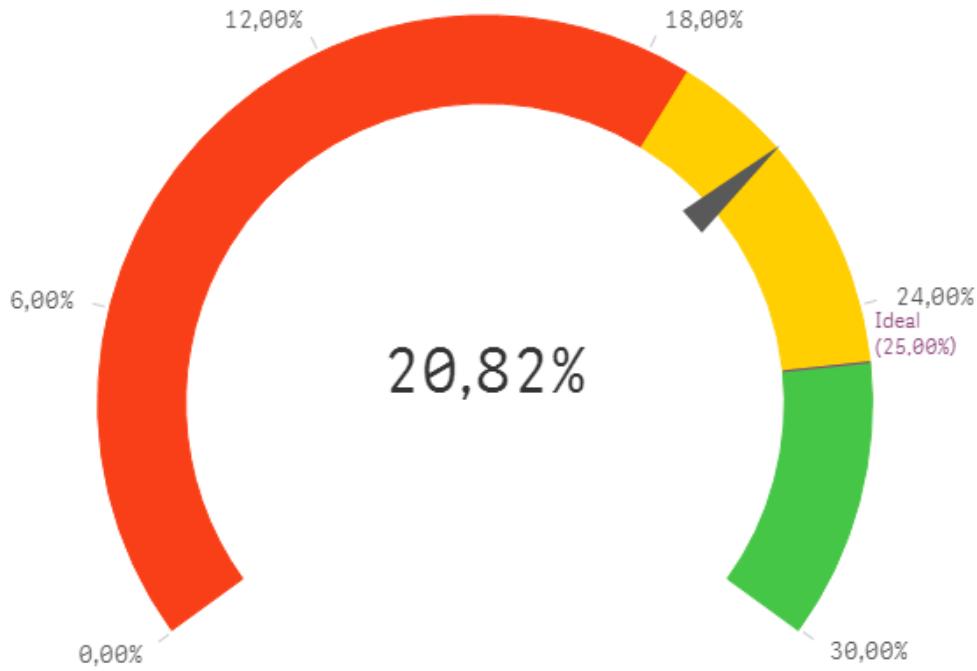
META 3 - Estruturar um grupo de trabalho com a finalidade de impulsionar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa e dar publicidade às ações por ele realizadas.



Ações Necessárias – Meta 3

- **CGJ** – Divulgação das ações praticadas pela comissão instituída por meio da Portaria nº 280/17 (Comissão de Combate ao Crime Organizado);

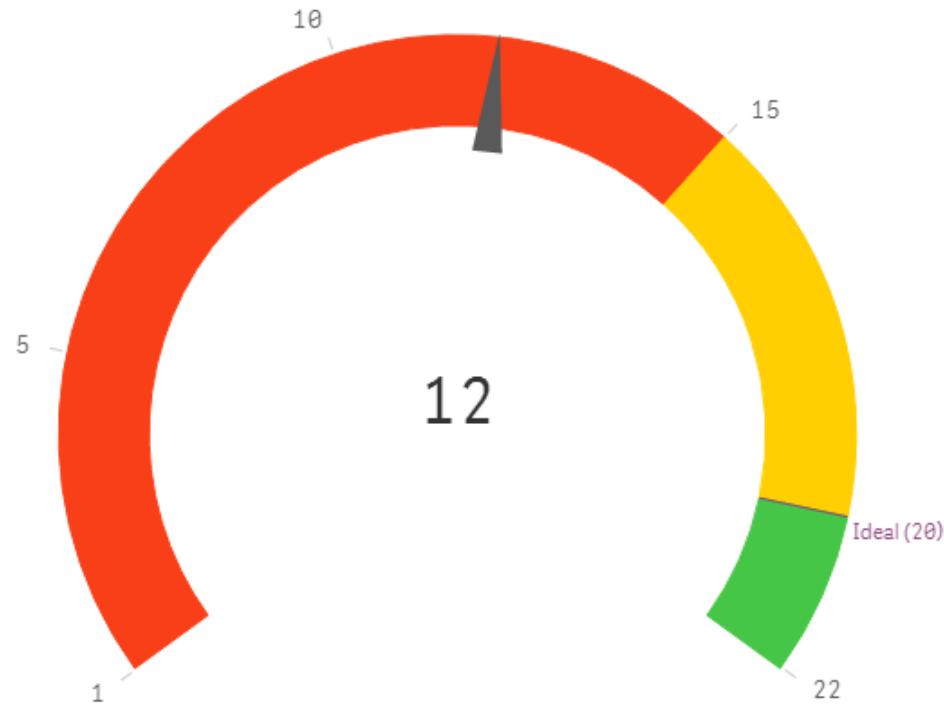
META 6 - Digitalizar 25% do acervo total de processos físicos de naturezas cíveis, ambientais, fazendas públicas e família das Comarcas Estado de Goiás.



Ações Necessárias – Meta 6

- Finalizar a digitalização da Comarca de Aparecida de Goiânia: iniciado em 05/03/18 a digitalização.
- Realizar esforços no sentido de disponibilizar os processos digitalizados em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Câmaras Cíveis no sistema de processo digital (PJD)

META 8 - Instalar 20 CEJUSCS no Poder Judiciário do Estado de Goiás.



Situação
da Meta

Tendência

Crítica



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica

Ações Necessárias – Meta 8

- **PREVISÃO DE INAUGURAÇÃO**

Comarca de Campinorte: setembro/2018

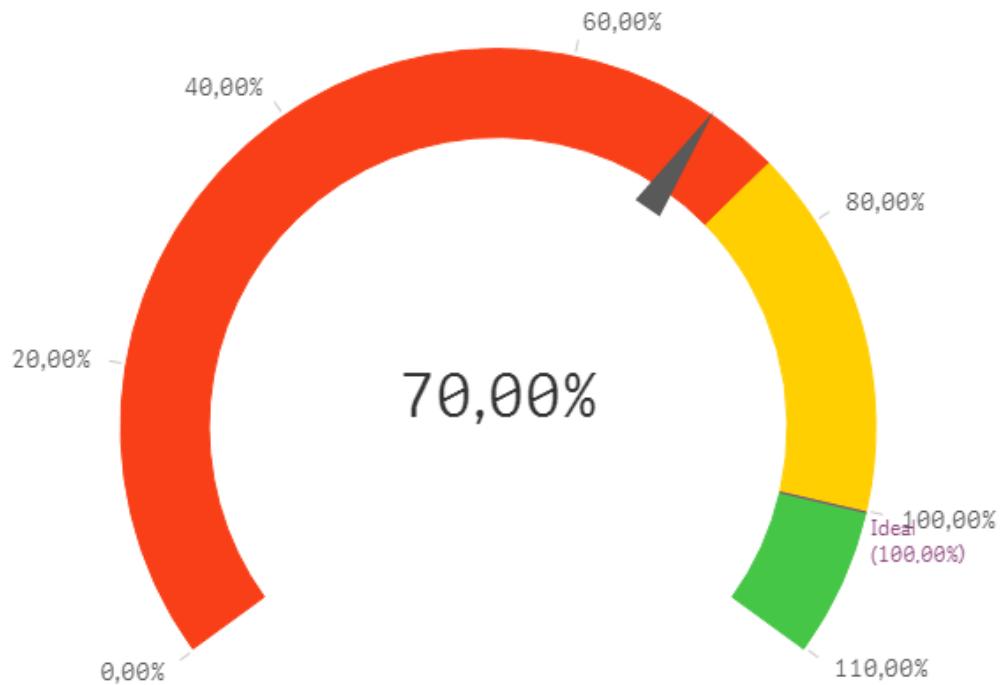
- PROAD 37527 (Instalação na **Comarca de Cocalzinho de Goiás**) – conforme consta dos autos, o processo será remetido ao Juiz solicitante para adequação do pedido. Sem previsão para instalação.
- PROAD 67393 (Instalação na **Comarca de Caldas Novas** parceria com o PROCON) - o processo atualmente encontra-se com o Juiz solicitante para adequação do pedido, desde março de 2018.
- PROAD 67387 (Convênio entre TJGO e faculdade Alfa de **Caldas Novas**) – o processo atualmente se encontra na com o Juiz solicitante para adequação do pedido, desde março de 2018.

Ações Necessárias – Meta 8

...Continuação

- PROAD 33072 (Instalação na **Comarca de Caiapônia**) – o processo atualmente se encontra na com o Juiz solicitante para adequação do pedido, desde março de 2018.
- PROAD 53681 (Instalação na **Comarca de Hidrolândia**) – segundo consta dos autos, foi editado decreto de instalação, porém não foi inaugurado. O processo encontra-se na Divisão de Operações Técnicas para execução do projeto.
- PROAD 108405 (Instalação na **Comarca de Mozarlândia**) – processo está sendo analisado pelas áreas competentes. Sem data para instalação.
- PROAD 116120 (Instalação na **Comarca de Cavalcante**) - processo está sendo analisado pelas áreas competentes. Sem data para instalação.
- PROAD 123940 (Instalação na **Comarca de São Miguel do Araguaia**) - processo encontra-se na Presidência para análise. Sem data para instalação

META 9 - Desenvolver e implantar Sistema de Gestão da Informação que vise ao monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e grandes litigantes.



Situação
da Meta

Tendência

Crítica



PODER JUDICIÁRIO

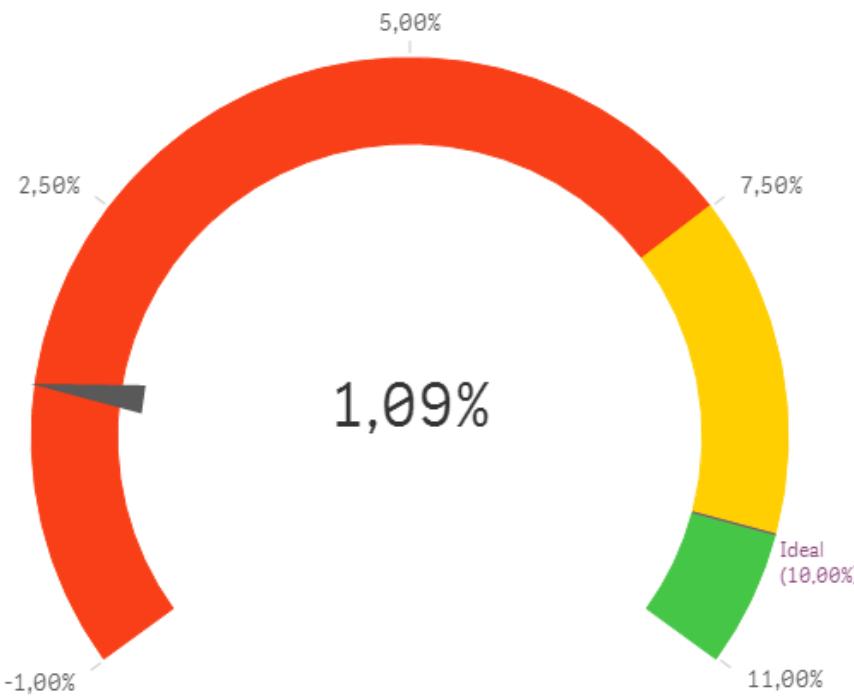
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica

Ações Necessárias – Meta 9

- **Diretoria de Gestão da Informação da SGE** – aguardando o envio, por parte do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o inteiro teor das súmulas e temas repetitivos para treinamento do sistema.

Obs.: Para cumprimento da meta é imprescindível o Teste, Implantação e Ato Normativo regulamentando o sistema.

META 10 - Reduzir em 10% o acervo dos processos de execução fiscal da Comarca de Goiânia.



Situação
da Meta

Tendência

Crítica



PODER JUDICIÁRIO

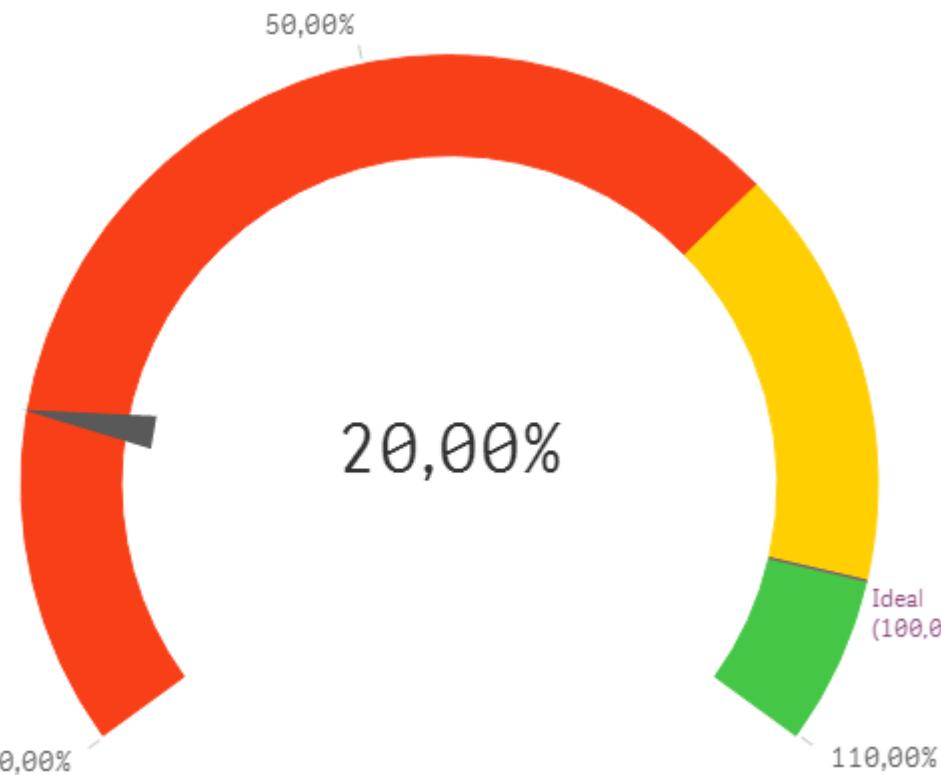
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica

*Período de referência: julho/2018

Ações Necessárias – Meta 10

- Ainda persiste a necessidade de promover, por meio da Diretoria de Informática, adequação do sistema do Processo Judicial Digital – PJD nas seguintes funcionalidades:
 - ✓ Classificação de perfil por valor
 - ✓ Aumento da capacidade de movimentação em lote entre a vara e o 7º CEJUSC
 - ✓ Busca/classificação de processos pelo campo movimentação
 - ✓ Emissão automática de certidão narrativa
- **Diretoria de Informática** - concluir os trabalhos pertinentes a este projeto que havia sido acordado para finalizar no mês de junho, que deveria ser executado pela Fábrica de Software contratada.
- **PROAD 82580** - Previsão de arquivamento de processos, conforme solicitado pela 1ª Vara de Fazenda Municipal, aguardando deliberação da Diretoria do Foro de Goiânia.
- **Projeto Piloto de Trabalho Remoto** – previsão de arquivamento de mais 10.000 processos em outubro de 2018.

META 13 - Reestruturar as Unidades Administrativas da Secretaria-Geral do TJGO.



Situação
da Meta

Tendência

Crítica



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica

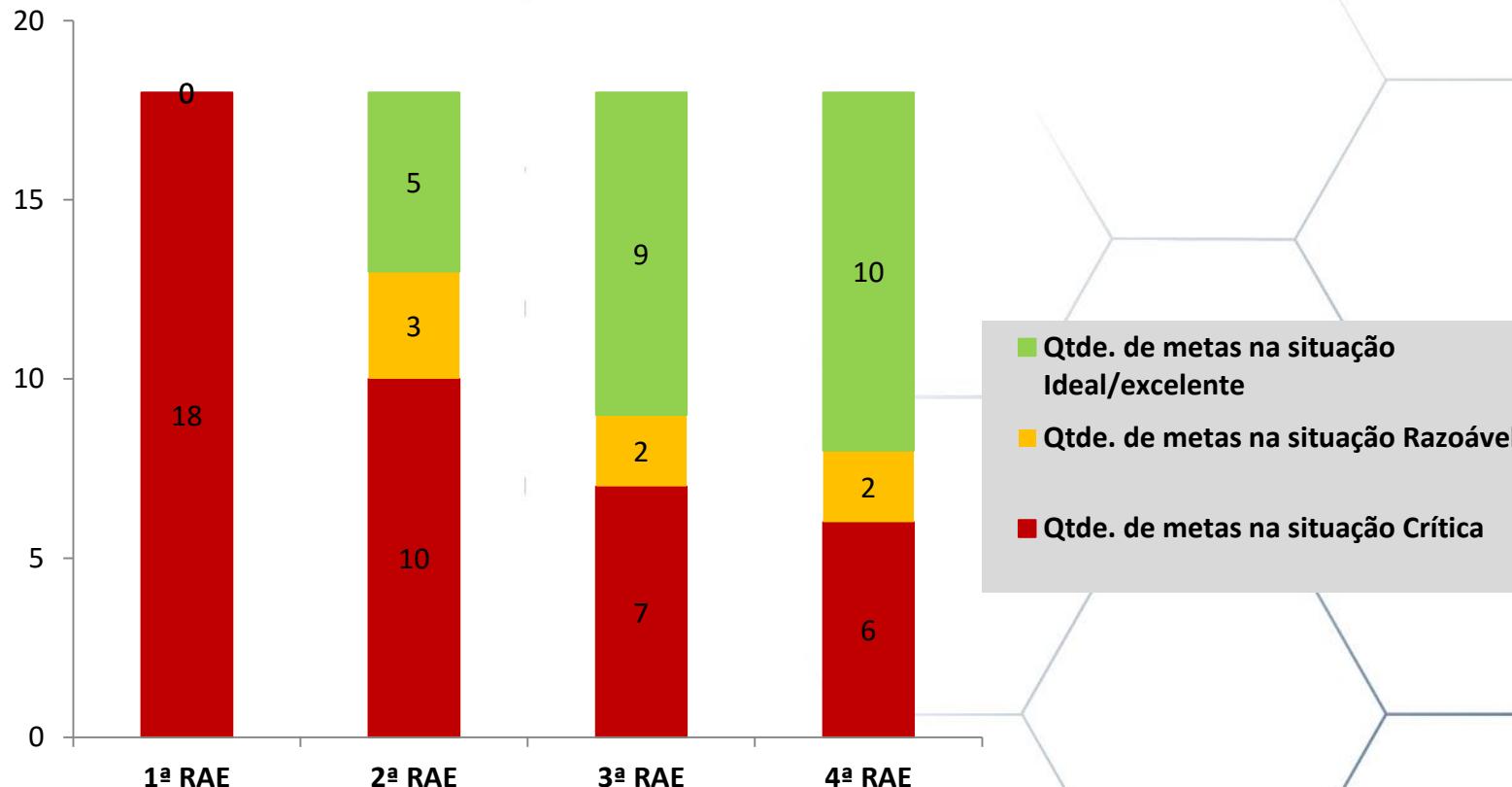
Ações Necessárias – Meta 13

- **A Diretoria de Gestão da Qualidade da SGE** ficou responsável por consolidar as sugestões de alteração do Decreto nº 2830/2014, encaminhadas pela diversas diretorias deste Poder.

Quadro Resumo

Meta	Situação	Meta	Situação
Meta 1	Cumprida	Meta 10	Crítica
Meta 2	Crítica	Meta 11	Cumprida
Meta 3	Crítica	Meta 12	Cumprida
Meta 4	Cumprida	Meta 13	Crítica
Meta 5	Cumprida	Meta 14	Cumprida
Meta 6	Razoável	Meta 15	Razoável
Meta 7	Cumprida	Meta 16	Cumprida
Meta 8	Crítica	Meta 17	Cumprida
Meta 9	Crítica	Meta 18	Cumprida

Evolução das metas



METAS NACIONAIS 2018

*Período de referência: janeiro a junho de 2018.



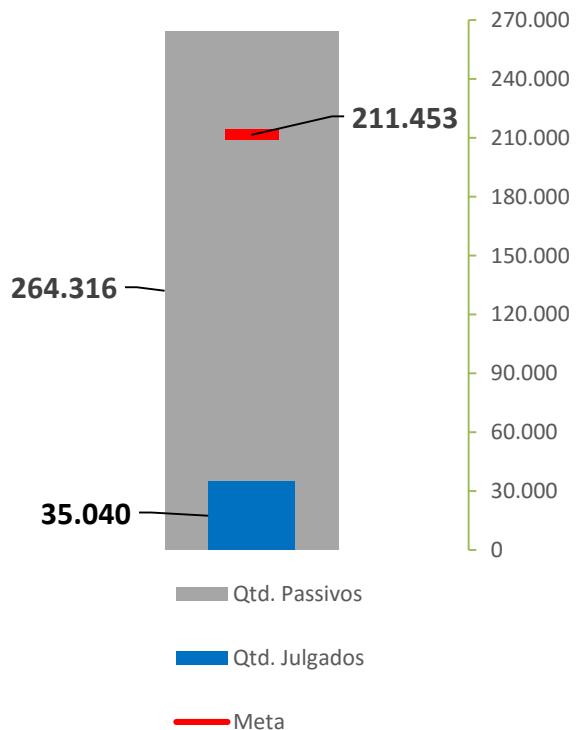
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica

META 2 - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau

1º Grau
(Qtd. de Processos)

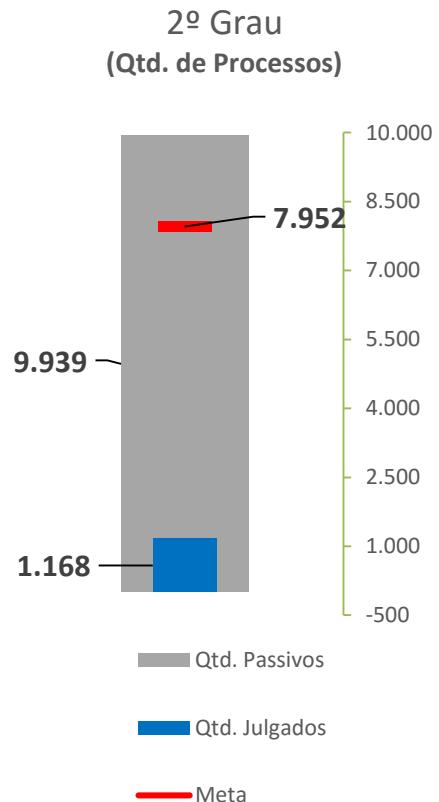


Resultado/Ação Necessária

- Percentual de Cumprimento: 16,57%
- Média geral de 12,44%
- Para cumprimento da meta é necessário o julgamento de **176.413** processos

META 2 - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau



Resultado/Ação Necessária

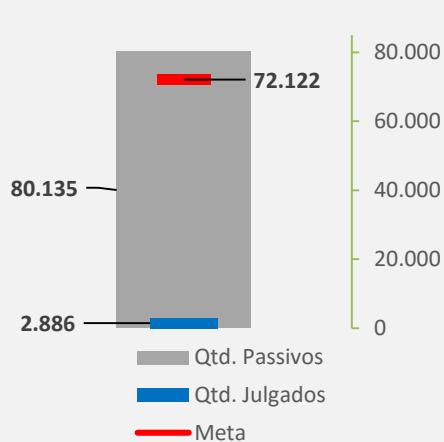
- Percentual de Cumprimento: 14,69%
- Média geral de 12,48%
- Para cumprimento é necessário o julgamento de **6.784** processos.

META 2 - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

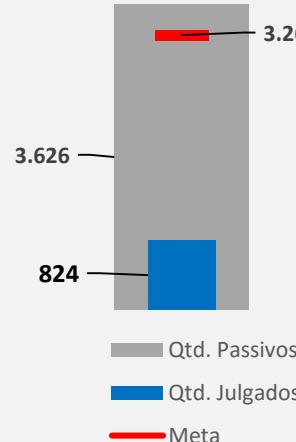
Juizados Especiais

Cíveis
(Qtd. de Processos)

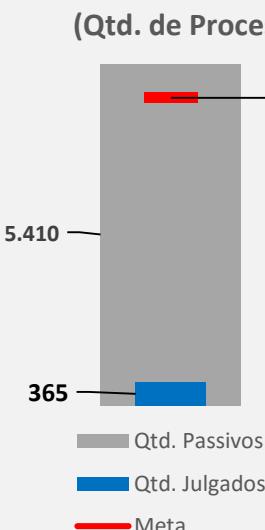


Juizados Especiais

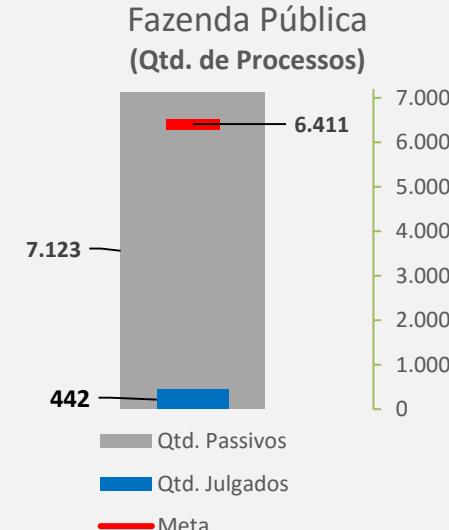
Criminais
(Qtd. de Processos)



Turmas Recursais Cíveis
(Qtd. de Processos)



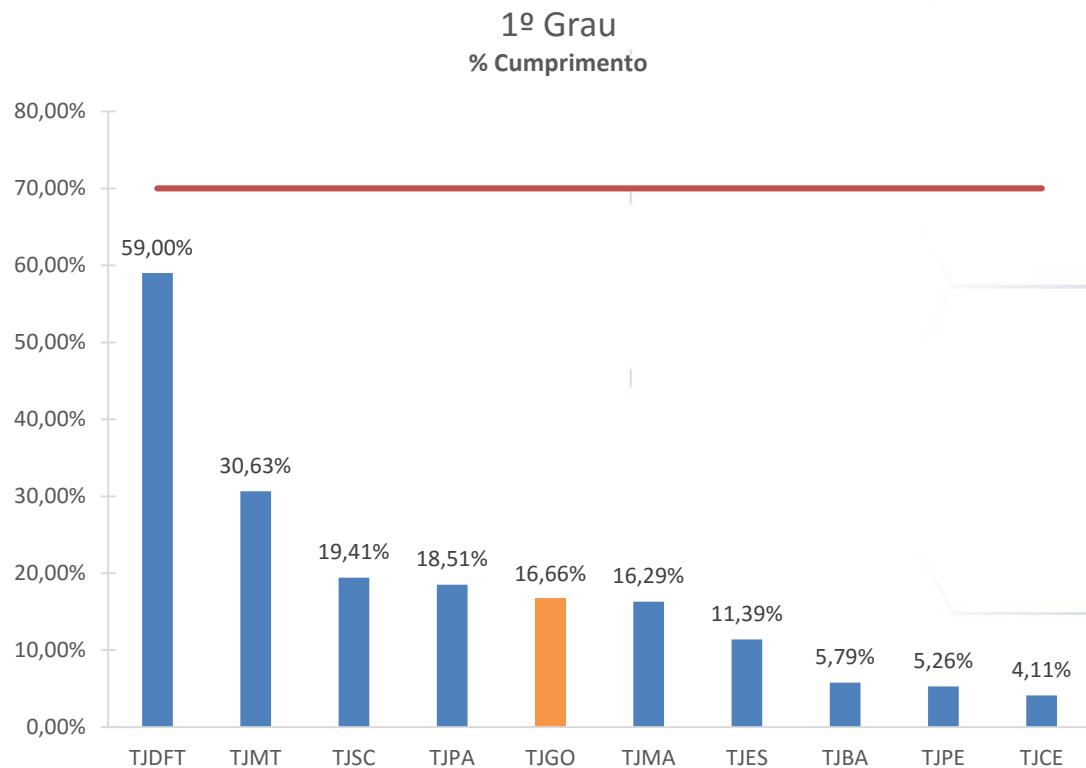
Juizados Especiais da
Fazenda Pública
(Qtd. de Processos)



Resultados/Ações Necessárias

- Percentual de Cumprimento: 5,21%
- Média geral de 5,62%
- Para cumprimento é necessário o julgamento:
 - ✓ De **69.236** processos nos Juizados Especiais Cíveis
 - ✓ De **2.440** processos nos Juizados Especiais Criminais
 - ✓ De **6.367** processos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública
 - ✓ De **4.504** processos nas Turmas Recursais Cíveis

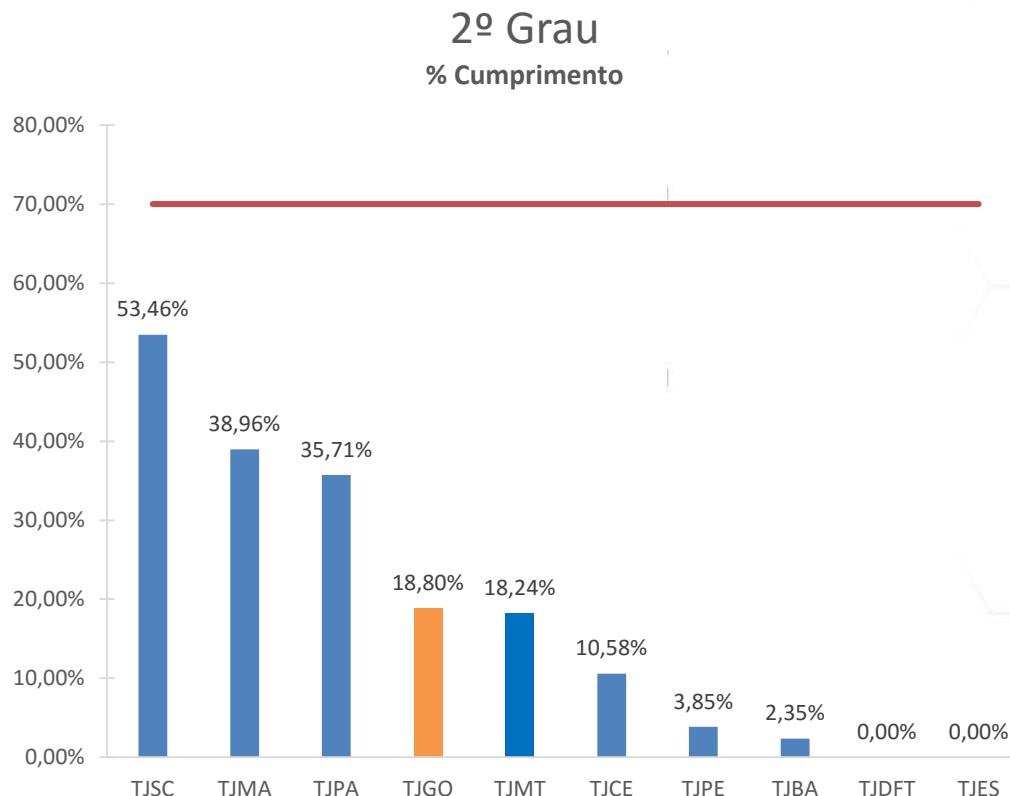
META 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão



Resultado/Ação Necessária

- Percentual de Cumprimento: 16,66%
- Média geral de 13,45%
- Para cumprimento da meta necessário julgar **1.256** processos

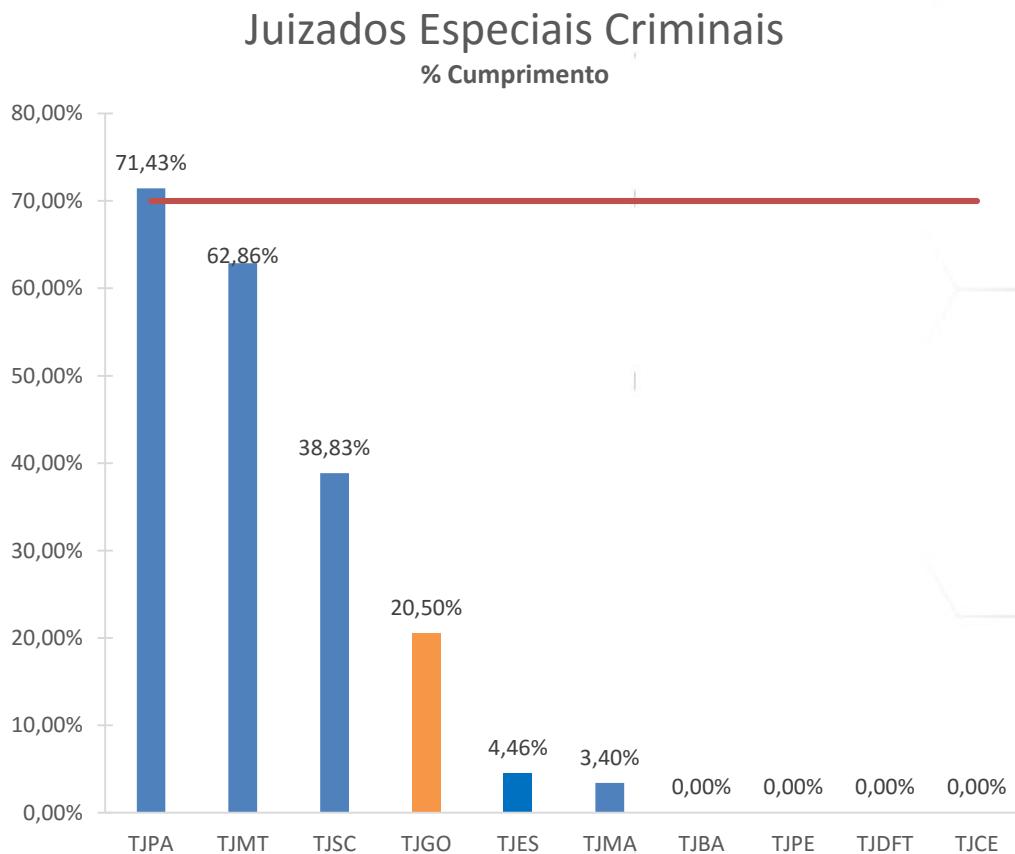
META 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão



Resultado/Ação Necessária

- Percentual de Cumprimento: 18,80%
- Média geral de 11,02%
- Para cumprimento da meta necessário julgar **22** processos

META 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão

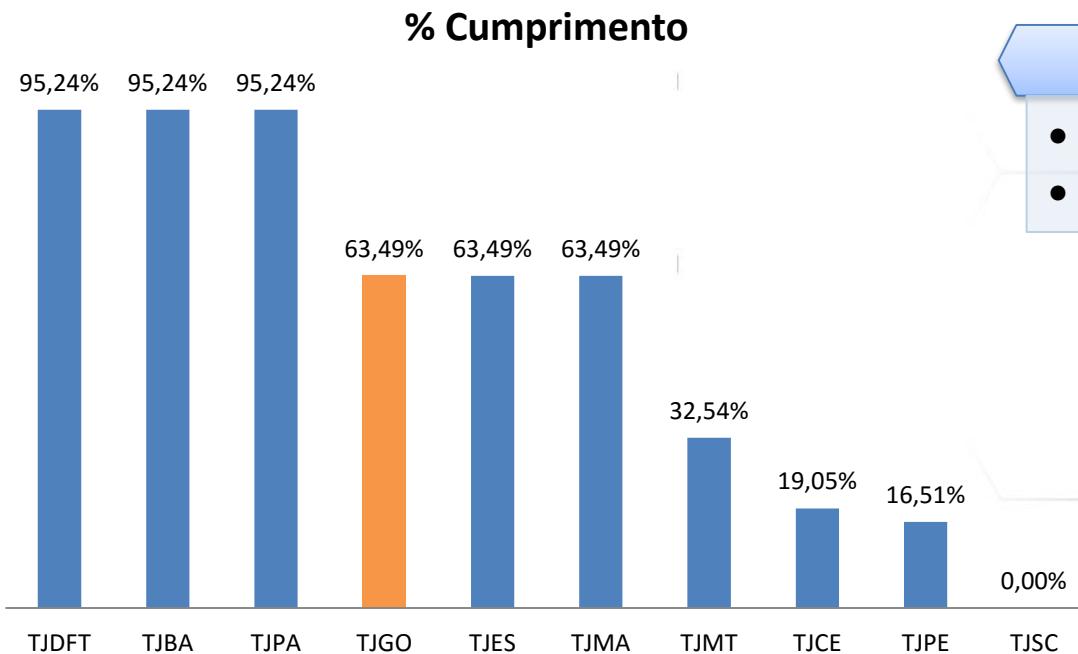


Resultado/Ação Necessária

- Percentual de Cumprimento: 20,50%
- Média geral de 18,86%
- Para cumprimento da meta necessária julgar **125** processos

META 5 – Impulsionar os processos à execução

Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018.

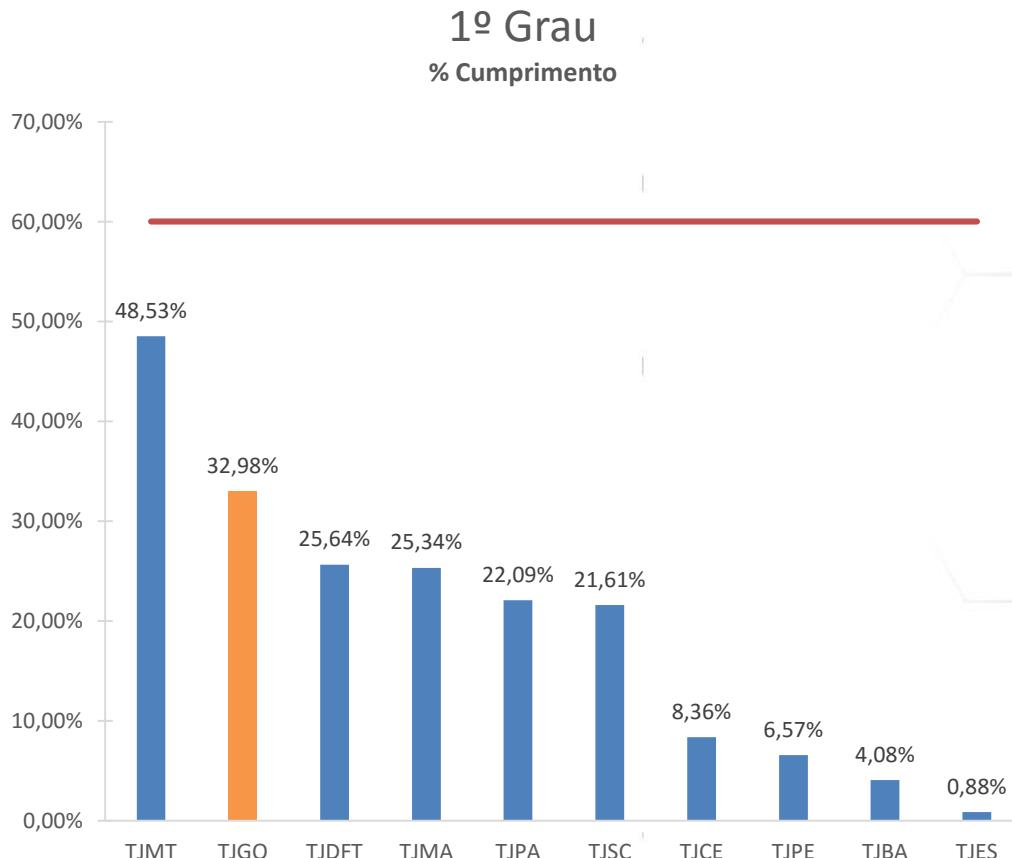


Resultado

- Percentual de Cumprimento: 63,49%
- Média geral de 55,14%

META 6 - Priorizar o julgamento das ações coletivas-Justiça Estadual

Julgar, até 31/12/2018, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º Grau.

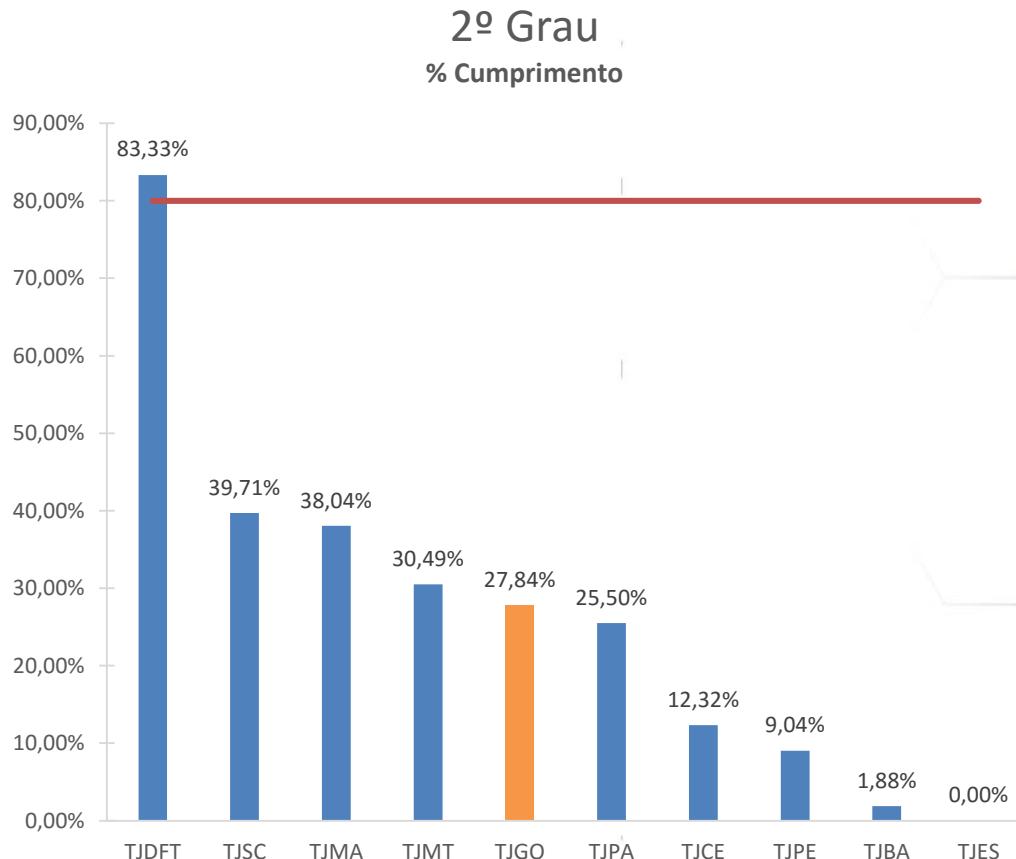


Resultado/Ação Necessária

- Percentual de Cumprimento: 32,98%
- Para cumprimento da meta necessário julgar **2.193** processos

META 6 - Priorizar o julgamento das ações coletivas-Justiça Estadual

Julgar, até 31/12/2018, 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.



Resultado/Ação Necessária

- Percentual de Cumprimento: 27,84%
- Para cumprimento da meta necessário julgar 169 processos

Quadro Resumo

Meta	Situação	Meta	Situação
Meta 1	Cumprida	Meta 5	Razoável
Meta 2 1º Grau	Crítica	Meta 6 1º Grau	Crítica
Meta 2 2º Grau	Crítica	Meta 6 2º Grau	Crítica
Meta 2 Juizados Especiais e Turmas Recursais	Crítica	Meta 8	Cumprida
Meta 4 1º Grau	Crítica		
Meta 4 2º Grau	Crítica		
Meta 4 Juizados Especiais Criminais	Crítica		